



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

MARIA EDUARDA DUCA MILANO

**EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE E MOVIMENTO NEGRO: um olhar
sobre fazer educação para jovens da geração Z após a Lei n.º 11.645/08.**

Caruaru

2024

MARIA EDUARDA DUCA MILANO

**EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE E MOVIMENTO NEGRO: um olhar
sobre fazer educação para jovens da geração Z após a Lei n.º 11.645/08.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Educação Contemporânea. Área de concentração: Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Daniela Nery Bracchi

Caruaru

2024

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Paula Silva - CRB/4 - 1223

M637e Milano, Maria Eduarda Duca.
Educação na contemporaneidade e movimento negro: um olhar sobre fazer educação para jovens da geração Z após a Lei nº 11.645/08. / Maria Eduarda Duca Milano. – 2024. 95 f.; il.: 30 cm.

Orientadora: Daniela Nery Bracchi.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2024.
Inclui Referências.

1. Educação – Aspectos sociais – Brasil. 2. Movimentos sociais – Brasil.
3. Geração Z – Brasil. 4. Etnografia. 5. Brasil. [Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008]. 6. Influenciadores digitais I. Bracchi, Daniela Nery (Orientadora). II. Título.

CDD 370 (23. ed.) UFPE (CAA 2024-035)

MARIA EDUARDA DUCA MILANO

EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE E MOVIMENTO NEGRO: um olhar sobre fazer educação para jovens da geração Z após a Lei n.º 11.645/08.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação Contemporânea.

Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 26 / 04 / 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Daniela Nery Bracchi (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr Janssen Felipe Da Silva (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Profª Drª Tatiane Oliveira Carvalho de Moura (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Dedico essa dissertação aos que foram fundamentais na luta e construção de uma educação étnico-racial no Brasil. Aos que estão e aos que virão.

AGRADECIMENTOS

O sentimento de gratidão é algo constante, já que devemos sempre expressar gratidão aos que nos ensinam algo, seja para compartilhar com outros, para modificar uma realidade social. Com isso, saber filtrar e utilizar os ensinamentos também é um grande aprendizado, já que foi o que me fez chegar nesse ponto da vida, o mestrado. Por isso, começo agradecendo e dedicando quem me ensinou a purificar, aprender, ensinar e buscar modificar minha realidade e dos outros, minha tia-avó Maria Glícia (*in memoriam*).

Agradeço aos meus pais, Manuela e Adriano, pelos seus desafios e lutas em busca de proporcionar uma estrutura de vida que me fizesse alcançar as etapas que tanto almejei. Aos meus irmãos, Matheus e Rafael, por me fazer enxergar uma pirâmide social invertida e acreditar nas futuras gerações que estão por vir. Aos meus avós e avôs, por serem exemplo de história de vida, resiliência, afeto, união e companheirismo. Meus familiares, de sobrenome ou não, por serem exemplos de perseverança, união, família, lealdade e felicidade.

Rayza, minha amiga querida que sempre acreditou e acredita em mim, meu suporte que se desdobra em tantos papéis sociais e que está ao meu lado desde o primeiro dia na graduação. Larissa, por ser o exemplo real do que visio ser como pessoa, profissional e acadêmica, por ensinar o olhar do mundo sobre minha pequenez. Aos meus amigos, do grupo camisa branca, em nome de Gilberto e Ester, uma juventude que chegou para me fazer acreditar e seguir nessa jornada e principalmente respirar durante o processo. Isabella, Paula, Murilo e Dilly, pelos aprendizados sobre o universo acadêmico, por representarem uma mudança social partindo da educação infantil até as ruas com seus diversos segmentos nos movimentos sociais.

Aos colegas da pós, por me fazerem compreender outras perspectivas de mundo, de pesquisa e de aprendizados. A João, pela leveza das conversas, troca nas disciplinas e além delas, por fazer o processo ter uma diversão. Ao grupo de pesquisa “O Imaginário”, por me demonstrar outros caminhos de pensar pesquisa acadêmica, incluir debates de minorias e expor colaboração dentro desse espaço. A coordenação pelo suporte estando sempre disponível para resolver as demandas da burocracia e buscar o melhor para o corpo dos pós-graduandos do CAA. A instituição que pertencio há anos e que proporciona essa oportunidade de

crescimento e conhecimentos, bons momentos pessoais e acadêmicos foram vivenciados na UFPE.

Agradeço à minha orientadora, Dani, por aceitar esse desafio, pela paciência durante esses anos, pelos conselhos, ensinamentos e apoio que me fez sentir contemplada com essa escrita que apresento. Desde o começo ter acompanhado minha trajetória em todas as etapas que constroem um mestrado, foi fundamental para conseguir seguir a trilha positivamente nesse espaço de minha vida.

Agradeço pelo apoio concedido financeiramente pela FACEPE que foi fundamental para locomoção, execução, vivências e tantas outras instâncias para o constructo desta pesquisa.

Peço desculpas aos que esqueci de mencionar. E reforço uma gratidão aos que apoiaram de alguma forma esse processo direta ou indiretamente, seja na pesquisa, ou essa pesquisadora.

“Porque negra é a nossa vida. Negro é tudo que nos rodeia”. (Jesus, 2014, p. 39).

RESUMO

A presente pesquisa tem em vista compreender a relação entre a Lei n.º 11.645/08 e os debates da geração Z sobre questões étnico-raciais no espaço online. O problema tratado foi percebido a partir de uma observação inicial sobre a busca dos jovens por mais espaços de discussão do tema, especialmente nos perfis de influenciadores digitais que abordam as questões étnico-raciais. Realizamos uma discussão bibliográfica inicial sobre as legislações referentes à educação das questões étnico-raciais, assim como a caracterização da geração Z. A pesquisa se desenvolve como forma de exercício de imaginação sociológica no campo da educação, na qual parte-se da perspectiva de si para a percepção dos fatos no mundo. Como metodologia, estabelece-se a abordagem qualitativa, com o objetivo de uma pesquisa exploratória, e procedimento do “tipo etnográfico”, na qual busca-se a descoberta de novas relações e de entendimento da realidade social. O estudo caminhou pela compreensão dos dados coletados de cinco perfis online da rede social Instagram, discutindo-os criticamente e pensando em possíveis desdobramentos deles. Realizamos também uma análise dos signos visuais dos perfis abordados na pesquisa a partir do método de análise de Penn (2007). Por fim, percebemos a dificuldade de inclusão no debate sobre as relações étnico-raciais de uma parcela da população que tem dificuldade ao acesso online. Percebemos, ainda, que a tecnologia não deve suprir a realidade, já que ela ocupa um lugar de informações, e a inclusão de pessoas negras na educação é de suma importância para qualquer desejo de mudança social no Brasil. Afinal, são a maioria da população e são consequentemente o futuro desse país.

Palavras-chave: educação das relações étnico-raciais; Movimento Negro; Geração Z; Lei 11.645/08; influenciadores digitais.

ABSTRACT

This research aims to understand the relationship between Law No. 11,645/08 and generation Z debates on ethnic-racial issues in the online space. The problem was perceived from an initial observation about young people's search for more spaces to discuss the topic, especially in the profiles of digital influencers who address ethnic-racial issues. We carried out an initial bibliographical discussion on the legislation relating to the education of ethnic-racial issues, as well as the characterization of generation Z. The research is developed as a form of exercising sociological imagination in the field of education, in which it starts from the perspective of oneself for the perception of facts in the world. As a methodology, a qualitative approach is established, with the objective of exploratory research, and an "ethnographic type" procedure, in which the discovery of new relationships and understanding of social reality is sought. The study aimed to understand the data collected from five online profiles on the social network Instagram, critically discussing them and thinking about possible developments. We also carried out an analysis of the visual signs of the profiles covered in the research using Penn's (2007) analysis method. Finally, we realize the difficulty of including in the debate on ethnic-racial relations a portion of the population that has difficulty accessing online. We also realize that technology should not supply reality, as it occupies a place of information, and the inclusion of black people in education is of paramount importance for any desire for social change in Brazil. After all, they are the majority of the population and are consequently the future of this country.

Keywords: education of ethnic-racial relations; Black Movement; Generation Z; Law 11,645/08; digital influencers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Perfil de Bárbara Carine Soares Pinheiro no Instagram	56
Figura 2 –	Perfil de Reginaldo Santos Dias no Instagram	57
Figura 3 –	Perfil de Murilo Araújo no Instagram	58
Figura 4 –	Perfil de Alma Preta no Instagram	61
Figura 5 –	Perfil de Geledés no Instagram	62
Figura 6 –	Reels de Bárbara Carine Soares Pinheiro no Instagram	68
Figura 7 –	Post de Reginaldo Santos Dias no Instagram	69
Figura 8 –	Reels de Murilo Araújo no Instagram	70
Figura 9 –	Post de Alma Preta no Instagram	71
Figura 10 –	Post de Portal Geledés no Instagram	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Teses e Dissertações encontradas no mês de fevereiro de 2022	27
Tabela 2 – Teses e Dissertações do PPGeduc no Repositório Attena no mês de fevereiro de 2022	28
Tabela 3 – Teses e Dissertações na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações no mês de fevereiro de 2022	29
Tabela 4 – Teses e Dissertações no Catálogo de Teses e Dissertações no mês de fevereiro de 2022	29
Tabela 5 – Teses e dissertações que serão utilizados para novos questionamentos e contribuições, divididas por programa de pós-graduação, título, autor/a, palavras-chave e ano	30

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CCJC	Constituição e Justiça e de Cidadania
CETIC	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade Informação
CFT	Comissões de Finanças e Tributação
CGI	Comitê Gestor da Internet no Brasil
COEPPIR	Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial
CNE	Conselho Nacional de Educação
COPPIR	Conselho Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial
EaD	Educação à Distância
ERER	Educação das Relações Étnico-Raciais
GTERÊ	Grupo de Trabalho da Educação das Relações Etnicorraciais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MNU	Movimento Negro Unificado
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PL	Projeto de Lei
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEGRO	União de Negras e Negros pela Igualdade
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1	PRIMEIROS PASSOS NA JORNADA.....	15
1.1	PROBLEMATIZAÇÃO.....	18
1.2	HIPÓTESES.....	18
1.3	OBJETIVOS.....	19
1.4	JUSTIFICATIVA.....	19
2	TRAÇANDO OS CAMINHOS.....	21
2.1	ETNOGRAFIA E SUA ORIGEM.....	22
2.2	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	24
2.3	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	24
3	RAÍZES E LEGADOS.....	26
3.1	LEVANTAMENTO DE PESQUISAS.....	27
3.2	MODELOS DE EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL.....	33
3.2.1	Atual situação da legislação no cenário brasileiro.....	37
3.3	GERAÇÃO Z E A CULTURA DOS DEBATES ONLINE.....	38
3.3.1	Pensando juventudes e suas especificidades.....	42
3.4	RETOMANDO PONTOS.....	43
4	COLETA DE DADOS.....	45
4.1	A PROGRESSÃO LEGISLATIVA NOS TERRITÓRIOS.....	45
4.1.1	Histórico das leis para relações étnico-raciais.....	46
4.1.2	Estado aprofundando uma Lei Nacional nos municípios.....	48
4.1.3	Municípios buscando promover mecanismos reparadores.....	49
4.2	PERFIL ATRAVÉS DOS DADOS SOBRE O BRASIL.....	50
4.2.1	População de Caruaru e de Recife em relação à educação.....	50
4.2.2	Acesso ao universo tecnológico no Nordeste.....	52
4.2.3	População negra no contexto dos municípios por meio de dados.....	53
4.3	DEBATE DE RAÇA VISTO PELA NETNOGRAFIA.....	54
4.3.1	Bárbara Carine Soares Pinheiro (@uma_intelectual_diferentona).....	55
4.3.2	Reginaldo Santos Dias (@reginaldosantos_dias).....	56
4.3.3	Murilo Araújo (@muropequeno).....	58
4.3.4	Alma Preta (@almapretajornalismo).....	60
4.3.5	Geledés (@portalgeledes).....	61
5	ANÁLISE DE DADOS.....	64
5.1	ACESSO À INTERNET COMO REPARAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	64
5.2	VISUAL COMO FERRAMENTA DA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL.....	67
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
	REFERÊNCIAS.....	78
	APÊNDICE A - PRODUÇÃO PARTINDO DO IBGE.....	85
	ANEXO A - ENTENDA O PROCESSO LEGISLATIVO.....	87
	ANEXO B - DADOS DA PLATAFORMA DO CENSO 2022.....	88

ANEXO C - DADOS DA PLATAFORMA DO CETIC.....	90
ANEXO D - DADOS DA PLATAFORMA SMARTLAB.....	92

1 PRIMEIROS PASSOS NA JORNADA

A educação é um tema necessário e de constante debate na sociedade brasileira, pois através dela é possível compreender a trajetória do país, surgimento de legislações, lutas e conflitos na sociedade. Assim, é comum que toda nova geração pense em uma melhoria na educação que possuem para as próximas que irão vir e na contemporaneidade não é diferente. Dessa forma, com a revolução industrial do século XXI, caracterizada pela intensa comunicação, surge a internet como um espaço de diálogo e aprendizado sobre diversos temas da educação e do mundo. No entanto, a qualidade das informações que estão sendo compartilhadas no contexto online, a superficialidade delas e a ausência de debate sobre elas com os professores, poderá acarretar uma equivocada informação para aquele indivíduo. Portanto, torna-se necessário pensar qual tipo de referência os jovens estão consumindo e compartilhando para construir seu conhecimento, bem como as maneiras pelas quais ocorre um aprofundamento sobre esses temas que reverberam na construção de sua sociedade no hoje e no futuro.

Além disso, quem se propõe ajudar esses estudantes a fazer educação neste século, necessita incluir e repensar hegemonias que ainda vivem nesta terra. Já que, devido ao processo de escravização de pessoas vindas de África, hoje existe uma grande parte da população negra em situação de vulnerabilidade social como reflexo desse momento histórico. Os movimentos sociais ocupam um espaço na sociedade para tal fato, já que possuem conquistas que estão registradas em âmbito legislativo e judiciário, e buscam reparar essas desigualdades sociais para essa e outras minorias sociais. A existência da Lei n.º 11.645/08, que modifica a Lei n.º 10.639/03 para uma atualização no currículo escolar brasileiro, sobre a obrigatoriedade do ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, é uma prova de descontruir e ampliar os olhares para outras minorias através da educação. No entanto, ainda é algo pequenino e com pouca cobrança executiva diante do todo que engloba a população.

Dessa forma, o pensamento sobre o corpo negro e o debate sobre ele na sociedade brasileira se estende também à educação. Pode ser observado, no decorrer dos tempos, um despertar de consciência nos indivíduos em relação ao seu local de subserviência em uma sociedade, provocando neles uma busca por ruptura dos moldes sociais, políticos e econômicos que vivemos (Schwab, 2016). Através da

educação e da facilitação nas últimas décadas em relação ao contato com informações, surgem questionamentos que podem ser respondidos em alguns “clicks”. Por isso, o viés que a geração Z busca para encontrar essas novas informações precisam ser acompanhados para uma averiguação e aprofundamento do que é colocado no campo online. Para que assim, o processo educativo sobre o corpo negro não ocasione em mais desinformação ou até mesmo equívocos no conhecimento.

Com isso, observar esses jovens em espaços online é fundamental para buscar a associação entre políticas públicas existentes, formação de professores e perspectivas desses jovens para com a sociedade. Os professores estão formando uma nova geração que diverge do que lhes foi ensinado, já que esses jovens estão imersos em tecnologias e abrangência de acesso sobre todo tipo de conteúdo. Hoje, é necessário atualizar-se para o universo online e buscar compreender essas diversas informações que caminham da teoria em livros em formato de e-book até organizações de ações como tuitaço pela educação, puxado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) em 2022. Outras organizações promovem através da internet esse pressionar dos órgãos, como ocorreu mais recentemente em 2023 com o #MinistraNegraNoSTF, manifestação online promovida pelo movimento negro brasileiro. Um movimento que reverberou nos corredores do palácio do planalto e fez com que a ministra Anielle Franco fizesse comentários apoiando o movimento, demonstrando sua importância (Barreto, 2023).

A adaptação para acompanhar e aprofundar referências de uma geração que busca modificações mais efetivas em sua comunidade, associada com novos meios de comunicação que contribuem para atingir esse objetivo, torna-se uma necessidade e não mais uma escolha. Com isso, deslocar o olhar para outros espaços, para além das capitais, é fundamental nesse processo que necessita de mais inclusão a cada minuto. Pensando não somente no acesso, mas nas diversas pautas que surgem e existem de região para região, de município para município. Não seria diferente no nordeste brasileiro, o adentrar ao agreste ao interior, surgindo assim o campo de Caruaru para esse momento.

Caruaru é um campo que cresce cada vez mais e os debates sociais também, necessitando de professores que sejam francos em questões ligadas às minorias, como o debate em sala sobre questões étnico-raciais. Ocorrem ainda estereótipos relacionados ao nordeste, os quais são agravados quando se adentra o sertão e

agreste de Pernambuco. No entanto, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2021), Caruaru é a cidade do interior mais populosa hoje em dia e tende a crescer ainda mais. Ou seja, um campo crescente que necessita garantir que ocorram os debates sobre desigualdade social e suas diversas vertentes, seja no campo físico ou no online. Esse breve crescimento já resulta para alguns movimentos adentrarem em Caruaru, como a União de Negras e Negros pela Igualdade (Unegro) promovido pela União Nacional dos Estudantes (UNE) que chega em Caruaru como chegou em tantas capitais espalhadas pelo Brasil, trazendo diálogo e questionamentos para essa população.

Nessa perspectiva, a utilização dos dados e informações da capital Recife surge por ser um contexto familiar e de atuação. A capital de Pernambuco, conhecida pelas suas pontes e rios, é um ponto turístico importante no cenário brasileiro, com sua cultura e história. Várias ondas de migração interna vieram para Recife nos anos 1800 e 1900, incluindo pessoas do Nordeste em busca de melhores oportunidades financeiras. Isso aumentou a diversidade étnica da cidade, mas também trouxe problemas sociais e financeiros. Também dialoga com essa pesquisa quando tem como referência o maior parque tecnológico do país, o Porto Digital.

Dessa forma, Caruaru e Recife são espaços propícios para compreender se o debate da juventude da geração Z na internet, como questões étnico-raciais, está chegando nos espaços educativos. Visto que, o crescimento físico e populacional não está, necessariamente, atrelado ao crescimento da formação de professores para receber uma nova geração que absorve tanta informação ao mesmo tempo, um espaço como este pode interferir e auxiliar o município. Além disso, a informação errada acaba por se tornar uma desinformação ao invés de uma informação para aquele indivíduo. O acesso pode ser uma barreira entre estudantes e professores, ou entre esses grupos e a sociedade da tecnologia.

Essa pesquisa perpassa as questões relativas à história e cultura afro-brasileira como continuidade do exercício da imaginação sociológica e identificação pessoal que está exposta nesta dissertação. O intuito é o de aprofundar o debate sobre a negritude e compreender a geração Z, na qual são parte da identificação pessoal, bem como a utilização de dados e autores que trabalham em específico essa temática, como a autora desta pesquisa. Reforçando assim, o processo de imaginação sociológica através do isolamento de informações atreladas a identificação pessoal nessa pesquisa.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

Uma parcela da geração Z obteve contato efetivo com a Lei n.º 11.645/08 nas escolas, já que sua criação de fato ocorreu no século XXI e sua geração iniciou em 1995 (Emmanuel, 2020). Isso gerou uma divergência de acesso à informação de uma mesma geração sobre a temática da lei, onde caminhos diferentes foram tomados para suprir essa ausência de formação do pensamento social para alguns desses indivíduos. Logo, a busca por informações nos espaços além da educação formal foi necessário para o preenchimento dessa lacuna educacional sobre questões étnico-raciais. Criando assim, uma possível parcela da geração que aprendeu sobre sua identidade étnico-racial através da educação informal ou não formal, provavelmente sem o devido aprofundamento sobre o tema. Reforçando uma necessidade de formação para o acompanhamento sobre os debates dessa temática para além do espaço físico, no campo online.

Esses espaços, além dos muros escolares, surgem como outro rumo para essa formação de sua consciência sobre sua identidade étnico-racial. A escola possui legalmente alguns pontos para formação do indivíduo, mas outros aspectos que vão além do que Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e afins propõem. Sparks & Honey (2015) abordam que a geração Z está conectada ao universo online, conseguindo articular a informação online com o que ocorre ao seu redor, pois esses jovens conseguem absorver o que está em legislações obrigatórias para educação e o que está sendo colocado rasamente na internet. Essa amplitude pode causar uma desinformação sobre o tema da negritude em uma cidade que cresce com a voracidade de Caruaru e possui a estabilidade de Recife para que esses futuros adultos modifiquem o amanhã. A questão que surge é a conexão entre a Lei n.º 11.645/08 e as discussões da geração Z acerca de questões étnico-raciais no ambiente virtual.

1.2 HIPÓTESES

A aplicação da Lei de n.º 11.645/08 é um debate que ocorre desde sua criação, já que limita sua aplicabilidade somente na área de humanidades, em específico na matéria de história. No entanto, os estudantes aplicam esse debate

nas mais variadas áreas do conhecimento em sua vida, e existe formação para todas as áreas, mas professores evitam aplicar por ausência de formação efetiva ou receios pessoais. No Estado de Pernambuco existem os Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco (2013) que reforçam o debate da cultura e história dos povos indígenas e afro-brasileiros no Brasil. Além disso, Vasconcelos e Melo (2018) aplicaram uma formação docente sobre a Lei n.º 11.645/08 em 2015 através da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, a aderência foi de 32 professores em um total de 72 inscritos, ou seja, menos da metade. Assim, observa-se uma defasagem na formação dos professores do Estado de Pernambuco sobre questões étnico-raciais, gerando possíveis amedrontamentos para desenvolver aulas sobre o tema, mais ainda para ir para o terreno da internet. Podendo distanciar a conexão entre o debate racial e a sala de aula, e talvez provocando a transferência, por parte dos estudantes, dessas temáticas de conversas para o espaço online.

1.3 OBJETIVOS

Como objetivo geral da dissertação foi definido: Compreender a relação entre a Lei n.º 11.645/08 com os debates da geração Z sobre questões étnico-raciais no espaço online. Logo, os seguintes objetivos específicos:

- a) entender formatos de educação no Brasil e influência do movimento negro;
- b) descrever a geração Z e os caminhos possíveis de diálogo dessa geração com as questões étnico-raciais tratadas no perfil de influenciadores digitais;
- c) compreender as políticas públicas sobre questões étnico-raciais em Caruaru e no Recife;
- d) investigar o perfil social que tem acesso à internet na população de Caruaru e do Recife;
- e) analisar a visualidade do perfil de influenciadores digitais que realizam debates sobre questões étnico-raciais.

1.4 JUSTIFICATIVA

Por compreender o crescimento do agreste pernambucano, em específico o espaço que estudo, Caruaru, e visando colaborar para um possível aprimoramento

de debates sobre a temática étnico-racial para o crescimento dos jovens naquele espaço, surge essa pesquisa. Já por ser onde atuo e tenho vida, adentra Recife, para também compreender se essas temáticas estão presentes. No decorrer da pesquisa foi possível observar a escassez de estudos articulados sobre geração Z, questões étnico-raciais e educação, inseridos no território caruaruense e na capital Recife.

A relevância pessoal surge por ocupar o espaço de jovem negra dessa geração Z, que enxerga a desigualdade social e racial na educação brasileira e tem em vista pensar essa experiência particular em um contexto mais abrangente. O sociólogo Charles Wright Mills (1959) chamou de imaginação sociológica a capacidade de pensar em como vivemos nossas vidas e como elas estão conectadas com as situações ocorridas na sociedade. Por isso, ser da geração Z e acompanhar influenciadores mais velhos, sendo uma jovem negra, fez perceber a permanente disparidade social no espaço físico e online.

Dessa maneira, a relevância social ocorre na procura por entender como incluir o povo negro, as quais são maioria racial no país, na formação educativa dos jovens. Ademais, surge uma relevância profissional quando existe um sentimento de falta de formação para acompanhamento, enquanto professora, de uma geração conectada que coloca debates do online para dentro da sala de aula. Por fim, é um debate sobre questões étnico-raciais na academia, algo que precisa ser constante para uma cobrança de efetividade, pensando na construção igualitária do espaço educacional brasileiro.

2 TRAÇANDO OS CAMINHOS

A pesquisa segue pela abordagem qualitativa que tem em vista interpretar o contexto atual da Lei n.º 11.645/08 e sua aplicação, sem qualquer manipulação intencional do ambiente onde seu debate ocorre (Lüdke; André, 1986). Já o ponto de vista demanda ser de natureza aplicada em busca de poder auxiliar a expansão do entendimento sobre questões étnico-raciais no cotidiano escolar, provocando novos desdobramentos sobre o assunto e possíveis resoluções de problemas sociais (Gil, 2017). Logo, o objetivo segue uma pesquisa exploratória, com problemáticas que serão aprofundadas sobre a Lei n.º 11.645/08, relacionadas à educação e sua expansão para o universo online. Sobre esta abordagem, Gil (2017) descreve:

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado (Gil, 2017, p. 33).

O procedimento desta pesquisa caminha pelo que Marli André (1995) denominou “tipo etnográfico”, onde utiliza-se técnicas associadas à etnografia, como a observação participante e análise de documentos. Não possui a imersão prolongada e tende a uma familiaridade com o contexto pesquisado, além de permitir a mesclagem entre técnicas etnográficas e outras, como a de dados quantitativos, que será utilizado nesta pesquisa. Tudo isso com o intuito de formular novas hipóteses e teorias, sem objetivar a testagem de algo ou alguém. Segundo André (1995, p. 25), “o que esse tipo de pesquisa visa é a descoberta de novos conceitos, novas relações, novas formas de entendimento da realidade”. Nesse caso, a compreensão da aplicação da Lei n.º 11.645/08, a qual é da educação formal, associada ao amplo acesso da geração Z sobre questões étnico-raciais no espaço online.

Esse procedimento será associado a uma netnografia, onde amplia a busca quando ocupa o campo online. Segue os preceitos da etnografia, como selecionar um grupo e suas interações, fazer uma observação participante para coletar dados descritivos de sua realidade, analisar o que foi observado no campo e apresentar os resultados teóricos ou práticos da pesquisa (Kozinets, 2014). Afinal, utilizam-se os caminhos que a etnografia proporciona, a qual é utilizada e aplicada para expandir o entendimento da sociedade em que vivemos. Ou seja, como discorreu Peirano

(2014, p. 383) “etnografia não é método; toda etnografia é também teoria”, e por isso busca-se fazer mais do que uma observação nesta pesquisa.

2.1 ETNOGRAFIA E SUA ORIGEM

Início por um lugar comum: como todos sabemos, a etnografia é a ideia-mãe da antropologia, ou seja, não há antropologia sem pesquisa empírica. A empiria – eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos –, é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação (Peirano, 2014, p. 380).

A etnografia parte da busca do pesquisador por se familiarizar o máximo possível com os atores do problema levantado em sua pesquisa, imergir e captar com detalhes as pessoas envolvidas naquela problemática. Pode-se dizer que envolve a formação do pesquisador e sua sensibilidade para as histórias e dados colhidos no campo, parte do seu olhar e sua subjetividade para pensar o outro (Peirano, 1995; Clifford, 2002).

A etnografia desenvolve-se no final do século XIX e início do século XX, como uma tentativa de observação mais holística dos modos de vida das pessoas. Foi encontrada primeiramente em livros de viagem, descrevendo sociedades exóticas. Muitos desses livros foram criticados por serem incompletos ou por dramatizarem excessivamente os fatos descritos. Houve também neste período um estudo de caso descrevendo os modos de vida desses povos exóticos, introduzindo desta forma a etnografia que daí se desenvolveu (Mattos; Castro, 2011, p. 74).

Ao descrever o observado, os pormenores descritos podem facilitar a compreensão do leitor sobre o cenário observado, e as situações que aquele grupo vivencia, colocando ele na perspectiva do pesquisador que enxerga tal problema naquele espaço (Feldman-Bianco, 1987). Assim, é possível entender melhor como surgiu a problemática e suas possíveis resoluções daqui para frente, através da ligação entre o pesquisador, o campo e o leitor. Oliveira descreve que: “Essas monografias chegam a ser quase intimistas, impondo ao leitor a constante presença do autor no texto” (Oliveira, 1996, p. 27). Essa configuração promove uma continuidade da reflexão, mesmo após a leitura do escrito produzido, uma possibilidade de que quem a lê também faça suas interpretações sobre tal.

Outro ponto relevante da etnografia, é que diversos autores utilizam ela e compreendem ela de diversas maneiras, seja para assimilar o que denominavam

como exótico, ou com o olhar mais recente de absorver melhor esses grupos que apenas vivem de forma diferente ao de costume do investigador. Mattos e Castro (2011, p. 75) falam que: “A descrição etnográfica depende das qualidades de observação, de sensibilidade ao outro, do conhecimento sobre o contexto estudado, da inteligência e da imaginação científica do etnógrafo”. Por isso, é importante as percepções do pesquisador, seus conceitos e entendimentos sobre o grupo estudado, buscando aplicar o método etnográfico que se tornou um facilitador para a pesquisa.

Dessa forma, os antropólogos e etnógrafos caminham com a evolução tecnológica no mundo e propõem a netnografia. Segundo Kozinets (2024):

A netnografia, a etnografia de grupos eletrônicos, estuda as práticas culturais complexas em ação, atraindo nossa atenção para uma multiplicidade de ideias fundamentadas e abstratas, significados, práticas sociais, relacionamentos e sistemas simbólicos (Kozinets, 2014, p. 31).

Ou seja, a execução da etnografia no universo online é o local onde se pode obter informações de forma quase imediata e onde surgem novos grupos relevantes para observação e registro em prol da sociedade, como os influenciadores digitais. Dentro dessa pesquisa, os influenciadores escolhidos para observação foram determinados através do acompanhamento de forma online em sites de relevância para o movimento negro e estudiosos do debate da negritude. Esses sites, com um quantitativo de anos longo e credibilidade nacional, com informações atualizadas e enaltecimento da cultura negra, como o Geledés Instituto da Mulher Negra ou o Alma Preta, foram de fácil acesso por meio online. Através deles, foi possível obter ligação com influenciadores digitais e determinar aqueles atrelados à área de educação no país, que estão atualizados com os debates e buscando expor também formações e reflexões sobre os acontecimentos contemporâneos no Brasil e no mundo. Dessa maneira, surgiu o grupo acompanhado nessa netnografia, além dos documentos e dados que serão apresentados envolvendo o debate educacional sobre as questões étnico racial na cibercultura¹.

¹O termo cibercultura pode ser definido por meio de uma perspectiva futurista e tecnologicamente utópica, como um código simbólico da nova sociedade da informação, como um conjunto de práticas de estilos de vida culturais relacionados ao surgimento da tecnologia de computação em rede, ou como um termo para refletir sobre as mudanças sociais trazidas pelo acesso aos novos meios de comunicação, respectivamente (Kozinets, 2014, p. 18).

2.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu, em um primeiro momento, por meio de elementos sobre as políticas públicas sobre questões étnico-raciais no município de Caruaru e Recife, visando compreender a aplicabilidade da Lei n.º 11.645/08 naquele lugar.

Em um segundo momento, adentra-se a questão da netnografia, segue por uma observação sobre o assunto nas redes sociais, utilizando as ferramentas como Youtube e Instagram para acompanhar os influenciadores digitais nordestinos e páginas nacionais escolhidas. Compreendendo a proximidade da vivência deles com o nordeste e o crescimento de suas visões a partir desse ambiente, suas partilhas permitem essa conexão com a região. Em busca de uma dimensão nacional, foi necessário recorrer à utilização de páginas de organizações coletivas. Escolheu-se o dia e semana do 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, para coletar dados visuais por compreender essa data como marco para os debates étnico-raciais no país.

Terceiro, articula-se com dados quantitativos que corroboram a pesquisa quando expõem o cenário do espaço online mediante plataformas como o Smartech, IBGE e Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação - CETIC, etapa desenvolvida sem envolvimento de atores para tal momento.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

A análise segue os caminhos da etnografia/netnografia, já mencionados neste capítulo, tanto os dados legislativos quanto os estatísticos, buscando dialogar e refletir sobre o cenário atual e seus desdobramentos futuros. Pensando assim, descrever o possível aprendizado sobre a Lei 11.645/08, que ocorre na geração Z na esfera formal (legislativamente) e na educação informal (espaço online).

Para a etapa dos conteúdos online, visuais, foi utilizado o livro *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som* de Martin W. Bauer e George Gaskell (2007) por facilitar a delimitação da coleta e conseqüentemente o processo de análise dos dados visuais observados. Os aspectos visuais e narrativos apresentados no perfil selecionado serão analisados conforme os métodos analíticos propostos por Gemma Penn (2007). A autora ensina como analisar imagens para entender o que

elas significam. Penn nos apresenta um método de análise que inicia na escolha das imagens, ponderando que tal ação deve considerar a disponibilidade do material, o objetivo da análise e quão profunda ou extensa ela poderá ser.

Após selecionar o material a ser analisado, começa-se a identificar os elementos mais importantes da imagem. Esta é uma etapa que deve ser minuciosa, na qual se deve listar todos os elementos e não apenas os que reafirmam a linha de análise escolhida. Esse também é conhecido como estágio denotativo da análise.

A terceira etapa desse método é o inventário denotativo para analisar as imagens conotativamente. O objetivo desta etapa é, além de tentar compreender a relação desses elementos entre si, buscar significados subconscientes, uma vez que estabelece as possíveis relações temporais e sociais presentes nas imagens. Dessa forma, procura-se identificar quais sensações e sentimentos são despertados no espectador dessas imagens. É com base nessa metodologia e nessas três etapas que analisaremos uma amostragem dos perfis de Bárbara Carine, Murilo Araújo, Reginaldo Santos, Alma Preta e Geledés.

3 RAÍZES E LEGADOS

Nos últimos anos ocorreu um crescimento do debate sobre a legislação de n.º 11.645/08 entre professores, gestão escolar e sociedade. Prova disso, são os recentes trabalhos acadêmicos encontrados nas múltiplas áreas nas plataformas de repositórios acadêmicos, que serão apresentados no tópico 3.1 deste capítulo. No entanto, são poucos e escassos dentro de todos esses anos entre a criação da Lei n.º 11.645/08 e sua aplicação. Os dados expõem a carência de pesquisa na temática, para além dos debates, quando ocorre uma intersecção entre educação, movimento negro e geração Z, além de poucos resultados que trabalhem a Lei n.º 11.645/08.

O surgimento dessa Lei parte na busca de uma reparação histórica com a população negra no Brasil, como a Lei de cotas (Lei n.º 12.711/2012) e o recém-criado Ministério da Igualdade Racial. Ocorre um destaque para os movimentos negros e a educação, espaço que serve de ponte para uma inclusão física e teórica do povo negro em torno dessas políticas públicas. No entanto, alguns autores reconhecem que a juventude ocupa o espaço da educação e dos movimentos sociais e por tanto é a protagonista dessas políticas públicas reparatórias para um futuro.

A autora brasileira Maria Glória Gohn (2018), uma das referências em cruzar o debate sobre educação e movimentos sociais, acredita que de fato a juventude é protagonista na sociedade brasileira. Porém, Zygmunt Bauman (2013) acredita em uma sociedade de aspecto líquido-moderno, ou seja, sociedades mais conectadas e com mais possibilidades de criar relações em qualquer instante, mais instáveis e menos burocráticas. Dentro desse cenário está a juventude, que pelo nível de imersão nesse processo de relações líquidas em quase todos os aspectos da vida e por surgirem neste âmbito, o autor é pessimista na crença de modificação partindo desse público.

Nesse contexto, o capítulo apresenta uma organização e um olhar para cada categoria, como forma de melhor visualizá-las. Buscando uma caracterização em seu espaço comum, mas mantendo o atravessamento da Lei n.º 11.645/08 que é o elo nessa pesquisa. Ademais, um panorama da pesquisa acadêmica e seu atual estado em relação à união entre educação, geração Z e movimento negro. Uma exposição de alguns caminhos necessários para podermos compreender o cenário

que essa pesquisa está inserida no Brasil. Refletindo sobre os roteiros até chegarmos nesse atual contexto em que a Lei ainda pode ser titubeada para sua execução na rotina escolar em pequenos e médios municípios no Brasil.

3.1 LEVANTAMENTO DE PESQUISAS

Uma pesquisa, para atingir o esgotamento de suas referências e concepções, necessita de um levantamento para saber o conhecimento e o desenvolvimento que envolve seus principais tópicos de debate. Ou seja, quais tipos de debate estão ocorrendo na esfera acadêmica sobre as palavras-chave que norteiam essa pesquisa. Com isso, foi feita uma busca nos bancos de dissertações e teses, nos quais se selecionou para expor neste espaço os seguintes: Repositório Attena da Universidade Federal de Pernambuco, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Catálogo de Teses e Dissertações. É importante ressaltar que não são todos os repositórios que conseguem fazer um filtro adequado para entregar os resultados semelhantes ao que buscamos, dificultando esse processo. Além disso, a semelhança de campo, referências e estrutura foram consideradas para selecionar teses e dissertações que contemplassem essa pesquisa.

A tabela 1 apresenta o quantitativo encontrado nos repositórios de teses e dissertações convocados para essa pesquisa de mestrado, onde se utilizam as seguintes palavras-chave: Educação; Movimento Negro e Geração Z.

Tabela 1 - Teses e Dissertações encontradas no mês de fevereiro de 2022.

Palavra-Chave	Attena	Bdtd	Catálogo Capes
Educação	9.390	65.090	130.833
Educação And Movimento Negro	2.536	368	10.090
Movimento Negro	2.829	1.217	12.688
Movimento Negro And Geração Z	2.261	32	131
Geração Z	9.495	14.333	29.152
Geração Z And Educação	6.248	1.334	272
Movimento Negro And Geração Z And Educação	2.046	5	1

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Pode ser observado que o Catálogo Capes apresenta um resultado alto quando ocorre a busca com uma palavra-chave, mas quando fusionada com outra

possui uma diminuição. Na Biblioteca Digital, ocorre a mesma situação, no entanto, apresenta um resultado mais refinado sobre as palavras-chave, com mais relações do que quando buscado no Catálogo Capes. Por fim, o Repositório Attena entrega o menor resultado quantitativo, mas contempla a semelhança de campo e perspectiva de seus discentes em suas dissertações e teses. Toda essa busca foi feita com o filtro de 5 anos para os resultados serem atuais e ainda em pauta no hoje. A partir de tal panorama, aprofundou-se as buscas nas teses e dissertações sobre o tema defendidas na mesma instituição de desenvolvimento desta dissertação. Os resultados podem ser vistos na Tabela 2, abaixo.

Tabela 2 - Teses e Dissertações do PPGeduc no Repositório Attena no mês de fevereiro de 2022.

Palavra-Chave	Ppgedu (5 Anos)	Ppgeduc (5 Anos)
Educação	273	83
Educação And Movimento Negro	147	49
Movimento Negro	147	49
Movimento Negro And Geração Z	120	39
Geração Z	205	59
Geração Z And Educação	205	59
Movimento Negro And Geração Z And Educação	120	39

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

A plataforma Attena não possui tantos resultados quanto outras que foram utilizadas nessa pesquisa, mas qualitativamente é mais agradável e interessante para essa pesquisa. Dessa forma, os resultados foram satisfatórios e quando ocorria de buscar com duas ou mais palavras-chave, a coerência ainda era mantida pela plataforma, resultando em pesquisas que realmente afunilaram mais ainda do que era pesquisado. Não em vão, a maioria dos trabalhos selecionados foram desse repositório, especialmente os relacionados ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus Recife e os trabalhos do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da UFPE-CAA. São pesquisas que abordam campos semelhantes ou caminhos teóricos e metodológicos pensados parecidamente.

Já a plataforma da Biblioteca Digital refinou bastante o que se buscou, e demonstrou áreas que não imaginávamos que apareceriam, como foi o caso de “Engenharias” na palavra-chave: Geração Z, conforme pode ser visto na tabela 3, abaixo.

Tabela 3 - Teses e Dissertações na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações no mês de fevereiro de 2022.

Palavra-Chave	Área	Quantidade
Educação	Humanas: Educação	10.698
Educação And Movimento Negro	Humanas: Educação	73
Movimento Negro	Humanas: Educação	73
Movimento Negro And Geração Z	Humanas: Antropologia Das Populações Afro-Brasileiras	2
Geração Z	Engenharias: Engenharia Elétrica	327
Geração Z And Educação	Humanas: Educação	124
Movimento Negro And Geração Z And Educação	Humanas: Educação	1

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Os resultados da Biblioteca Digital demonstram que outras áreas estão dialogando com essa pesquisa, apesar da maioria das palavras-chave estarem na área de humanas, mas com resultados significativos quantitativa e qualitativamente. Uma grata surpresa nessa plataforma que possui um filtro positivo quando inserimos as devidas palavras-chave no campo de busca. No entanto, a semelhança sobre o tema, campo, metodologia não obteve sucesso para que a tese ou dissertação fosse selecionada para contribuir com essa.

Como já apresentado no começo deste subtópico, o Catálogo Capes entrega um resultado amplo e com isso podemos compará-lo ao da Biblioteca Digital em aspecto de tipos de filtros que essas duas plataformas colocam para os pesquisadores e pesquisadoras buscarem. Os dados da busca encontram-se abaixo, na tabela 4.

Tabela 4 - Teses e Dissertações no Catálogo de Teses e Dissertações no mês de fevereiro de 2022

Palavra-Chave	Área	Quantidade
Educação	Ciências Humanas	51.675
Educação And Movimento Negro	Ciências Humanas	3.852
Movimento Negro	Ciências Humanas	4.071
Movimento Negro And Geração Z	Multidisciplinar	28
Geração Z	Engenharias	6.993
Geração Z And Educação	Ciências Da Saúde	135
Movimento Negro And Geração Z And Educação	Multidisciplinar	1

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Nesse caso vemos uma variedade de resultados quanto às áreas dos trabalhos, que ocorrem ainda quando fazemos o cruzamento de palavras-chave. Observa-se, surpreendentemente, um número expressivo de pesquisas na área de

“Engenharia”, assim como em “Ciências da Saúde” (ainda que esta última apresente um número significativamente mais reduzido que às engenharias). Com o filtro ainda incerto, os resultados foram confusos para leitura e seleção adequada para articular-se com essa escrita. Assim, após uma observação de títulos, autores, campos e palavras-chave, não houve seleção de teses ou dissertações nesse repositório. Lamentavelmente ainda é uma plataforma que não facilita esse processo de estruturar o levantamento das pesquisas.

As pesquisas que mais encontram diálogo com esta monografia são abordadas abaixo, com seus dados expostos na tabela 5. São trabalhos desenvolvidos na própria instituição, sendo encontrados na plataforma Attena — Repositório Digital da UFPE, em específico no Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea.

Tabela 5 - Teses e dissertações que serão utilizados para novos questionamentos e contribuições, divididas por programa de pós-graduação, título, autor/a, palavras-chave e ano.

PPG	Título	Autor/A	Palavras-Chave	Ano
Educação Contemporânea	Professoras Quilombolas No Agreste Pernambucano: Desafios E Tensões De Uma Identidade Em Construção	Halda Simões Silva	Identidade Étnica. Quilombos. Educação Quilombola	2018
Educação Contemporânea	A Prática Docente Em Escolas Quilombolas No Município De Lagoa Dos Gatos: Uma Análise A Partir Do Pensamento Decolonial	Maria Iveni De Lima Silva	Prática. Docente. Educação Escolar. Quilombola. Educação Quilombola. Pensamento Decolonial	2020
Educação Contemporânea	A (Re)Invenção Dos Corpos Do Sul E As Pedagogias Africanas No Enfrentamento À Colonialidade Do Ser	José Diêgo Leite Santana	Epistemologias do sul. Pedagogia Africana. Colonialidade do Ser.	2020
Educação Contemporânea	Educação Na Roda De Capoeira E O Enfrentamento Da Colonialidade Do Corpo Da Mulher: Não Somos Sem O Nosso Corpo	Maria Dayane Pereira	Capoeira. Mulheres. Linguagem Corporal	2020

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

O cruzamento dessas pesquisas com a atual em debate, ocorre por diversos aspectos, seja por questão metodológica, temática, teórica ou por aproximação do objeto estudado. Assim, Silva (2018) busca o olhar dos professores e moradores do quilombo do Serrote do Gado Brabo, para narrar a ausência de uma formação dos

professores em relação à inclusão de uma educação diferenciada, necessária para as aulas no quilombo. Outra questão, é a construção identitária dos professores quilombolas e como suas vivências servem de formação e preparação para o planejamento das aulas. Aspectos que dialogam com essa pesquisa, quando pensamos nas pessoas que tivemos em vista observar, que visam além de uma formação formal. Ocorre uma articulação com autores que abordam essa educação para além do formal, e descrições das entrevistas feitas por Silva demonstram questões que envolvem essa formação deficitária.

Além disso, Silva (2020) pesquisa as escolas quilombolas de Pau Ferrado e do Cavuco, onde ocorre o também processo de formação dos professores e a questão identitária. O destaque para essa dissertação ocorre diante das referências utilizadas para a construção dos debates que percorrem toda a escrita. Exemplo disso são Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes, Stuart Hall, Frantz Fanon e outros. Apesar de uma temática semelhante, os rumos que essa pesquisa e a de Silva (2018) tomaram foram divergentes, colaborando de diversas formas para o pensar dessa dissertação.

No caso da dissertação de Santana (2020), a escrita e as referências caminham para uma descrição da pesquisa com pedagogias africanas, que buscam a conscientização e prospectam corpos invisibilizados ou marginalizados. O corpo negro é o debate principal, e com isso, suas referências avançam pelo viés do debate étnico-racial, com Neusa Santos Souza, Florestan Fernandes, Aimé Césaire, Abdias do Nascimento, Achille Mbembe e alguns outros. Todos esses conversam com essa pesquisa, já que são etapas que levam aos autores de hoje e os processos do agora.

Pereira (2020), aborda o corpo da mulher nos saberes ancestrais para o enfrentamento da colonialidade na sociedade. A produção de dados foi através da técnica de observação do corpo expressivo, diário de campo e fotografias, a análise seguiu por procedimentos compreensivos e interpretativos sobre o observado. A pesquisa caminha de forma qualitativa, exploratória e descritiva, buscando o olhar para as mulheres na capoeira. Além disso, ocorre a inclusão da perspectiva de Menga Ludke e André Marli, referência na pesquisa em educação, onde buscam os signos, perspectivas e a ação para além da teoria no campo educacional.

Após colocadas essas pontuações, essas teses e dissertações foram selecionadas para a construção de novos questionamentos e/ou contribuições para

a formação da escrita dessa pesquisa. Caminhando por uma questão mais teórica com as referências ou no quesito mais prático com as metodologias para o campo, ou a semelhança do campo também. Os repositórios foram de imensa importância para a facilitação dessa busca e familiarização dessas temáticas que envolvem essa dissertação.

Essa etapa foi fundamental para uma compreensão dos segmentos que uma pesquisa pode obter, seja pelas modificações no decorrer dela ou mudanças do próprio pesquisador e suas perspectivas. Compreendendo assim, que uma pesquisa tende a pensar no processo social e educacional de quem está inserido nela, demonstrando uma genuína ligação e troca com sua autora. Dessa forma, já pode ser pensado transformações no decorrer do tempo até a conclusão desta, buscando engrandecer essa escrita e sua contribuição para a sociedade civil.

Não é incomum que o pesquisador encerre seu estudo sem que enuncie a finitude de seu olhar, sem prejuízo de que outros olhares debruçados sobre o mesmo contexto estudado contribuam com novas interpretações, outros aspectos não contemplados no estudo. A escrita de um trabalho não deixa de ser um ato de exposição, sujeito a concordâncias, críticas e revisões (Silva, 2018, p 183).

Logo, essa escrita tornou-se um retrato fidedigno de sua autora. Buscando não interferir, ou desconfigurar os cenários atuais, apenas compreender melhor e articular da melhor forma possível. Visando assim, contribuir para a sociedade e para reflexões dos leitores aqui presentes

3.2 MODELOS DE EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Pensando em traçar uma linha entre os modelos de educação e suas diferenças em relação à educação étnico-racial brasileira, nesse primeiro momento, ao nível de compreender melhor os atuais principais modelos de educação, apontamos José Carlos Libâneo (2010) que caracteriza a educação formal como espaço ideal para ensinar conteúdos que emancipem o sujeito.

Formal refere-se a tudo que implica uma forma, isto é, algo inteligível, estruturado, o modo como algo se configura. Educação formal seria, pois, aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática. Neste sentido, a educação escolar convencional seria tipicamente formal (Libâneo, 2018, p. 81 *apud* Ferreira; Sirino; Mota, 2020, p. 4).

Assim, Libâneo coloca uma divisão entre educação formal, informal e não formal em seus escritos, mas destaca a educação formal como o caminho mais assertivo para a educação brasileira. Diferentemente de Maria da Glória Gohn que possui um movimento de acolher os novos formatos de educação existentes e reconhecer sua importância na construção da educação brasileira. O começo do seu livro *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo* (2013) coloca já a seguinte perspectiva:

Neste novo século novíssimos sujeitos sociopolíticos e culturais entraram em cena, como os movimentos sociais globais, anti ou alterglobalização, movimentos transnacionais, entidades civis modernas, fóruns, conselhos e câmaras de participação. Várias lutas sociais se internacionalizam rapidamente, novos conflitos sociais eclodiram abrangendo temáticas que vão da biodiversidade e a questão biopoder (cf. NEGRI & COCCO, 2005) às lutas e demandas étnicas, assim como o retorno de lutas religiosas de diferentes seitas e crenças (Gohn, 2013, p. 13).

A autora busca um olhar sobre os novos debates como raça, ambientalismo ou religiosidade e reconhece essas movimentações como parte do processo de globalização. Gohn (2013) aponta que os movimentos sociais estão para reconhecer ou reparar (Fraser, 1995) o que está posto em uma sociedade. Em seu livro, a autora coloca os movimentos como espaço educador para atingir esses objetivos. Trilla (2008 *apud* Ferreira; Sirino; Mota, 2020) também aponta uma nova forma de educação, a informal, na qual os indivíduos passam tempo ocupados com trabalho em busca de renda, deixando tecnologias ocuparem mentes e tempo de seus filhos, uma educação com a ausência de guia educacional.

Já a educação não formal caminha pelo viés de direcionamento da perspectiva do indivíduo, são intervenções que buscam ampliar perspectivas do cidadão sobre si e ao seu redor. Pensando na pedagogia social, por ser uma das primeiras e principais referências da área até os dias atuais, vale colocar essa definição da autora Gohn (2020 *apud* Lima; Bona, 2020) que aborda a educação não formal como “um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania [...], ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes [...]”. Logo, percebe-se uma estruturação de conteúdo para entregar a um indivíduo, o que no caso informal é dissociado e espontâneo. Assim, vê-se uma possível troca entre o que existe no formal e novas propostas vindas do não formal para inclusão e articulação cada vez mais ampla da educação em diversos contextos e debates contemporâneos.

Com isso, o ambiente dos movimentos sociais ganham dimensão no século XX, após a ditadura ocorre uma explosão de diversidade de questões sociais e conseqüentemente de movimentos, algo que ainda perdura até os dias atuais. Gohn (2013) identifica que as ações cívicas ocorrem de ordens superiores até as massas, autocentrado e limitando a autonomia de seus integrantes. Surgindo, assim, essa demanda por uma liberdade educativa, desenvolvendo um saber que os demanda a buscar outros caminhos de aprendizagem para além do formal, com o intuito de mudanças no agora, na esfera da massa para o Estado (Gohn, 2013). Então, o movimento negro segue nessa perspectiva fazendo seu adendo do recorte racial que busca uma melhoria na qualidade de vida que pessoas negras possuem no Brasil. Como descreve melhor Bell Hooks (2015, p. 195) “A luta de classes está indissolúvelmente ligada à luta para acabar com o racismo”. E o espaço da educação acaba por ser o caminho para levar essa concepção, troca e conhecimento sobre a temática.

Dessa forma, Gomes (2017) coloca o movimento negro e suas formações internas como um caminho para obter saberes políticos, saberes identitários e saberes estéticos corpóreos, para uma emancipação do povo negro e sua negritude no Brasil. Essa conscientização, adquirida através da educação nos movimentos sociais, levou ao questionamento das políticas públicas que o Estado coloca para essa população alcançar novos níveis de classe social.

Rita Mae Brown (1974, p. 15) explica: Classe é muito mais do que a definição de Marx sobre a relação com os meios de produção. Classe envolve o comportamento que adotamos, nossos pressupostos básicos sobre a vida. Nossa experiência (determinada por nossa classe) valida esses pressupostos, a forma como somos ensinados a nos comportar, o que esperamos de nós mesmos e dos outros, nosso conceito de futuro, como entendemos os problemas e os resolvemos, como nos sentimos, pensamos, agimos. São esses padrões de comportamento que as mulheres de classe média resistem a reconhecer, embora possam estar perfeitamente dispostas a aceitar a classe em termos marxistas, um truque hábil que ajuda a evitar lidar de verdade com o comportamento de classe e mudar esse comportamento nelas mesmas. São esses padrões de comportamento que devem ser reconhecidos, compreendidos e alterados (Hooks, 2015, p. 195).

Nesse sentido, a modificação do pensamento e a consciência proporcionada pelo movimento negro, converte-se em vislumbrar de novos caminhos para essa população no Brasil. Ao se atrelar a outros fatores, como gênero ou origem, a mudança é maior, já que a expectativa de modificação de vida para mulheres e nordestinas é invisibilizada pelo machismo na sociedade em sua totalidade, por exemplo.

Estamos diante daquilo que o poeta negro Arnaldo Xavier considera o único espaço de cumplicidade efetiva existente entre o homem negro e o homem branco: o machismo. Eles estariam de acordo e seriam cúmplices pelo menos nisso no direito que ambos se dão de oprimir, discriminar e desumanizar as mulheres brancas ou negras (Carneiro, 1995, p. 550).

Ou seja, a concepção e construção do conhecimento corpóreo sobre si e sobre o outro, no olhar da negritude, reverbera positivamente em outros recortes sociais. Lembrando que esse primeiro conhecimento, que os indivíduos costumam adquirir, é no espaço escolar que reverbera ao longo de suas vidas, como ensina Gomes (2003):

Mesmo depois de adultos, quando adquirem maturidade e consciência racial que lhes permitem superar a introjeção do preconceito, as marcas do racismo continuam povoando a sua memória. A ausência da discussão sobre essas questões, tanto na formação dos professores quanto nas práticas desenvolvidas pelos docentes na escola básica, continua reforçando esses sentimentos e as representações negativas sobre o negro (Gomes, 2003, p. 176).

Assim, fica explícito que existe uma necessidade da educação étnico-racial no espaço escolar brasileiro, por questões que envolvem o constructo de uma pessoa negra sobre diversas questões individuais e coletivas de uma sociedade. Pensando em sua autoestima, situações cotidianas, saúde mental e diversos outros

fatores que levam a um autoconceito negativo, por não compreender e conhecer a história das pessoas que deram origem a sua identidade fenotípica.

Dito isso, esse começo de estudo das relações étnico-raciais, foi demarcado para o final do século XX, onde já foi mencionado que ocorreu a crescente do movimento negro no Brasil. No entanto, chega-se a ele através do governo populista de Vargas, que, por volta de 1930, buscava uma nova identidade nacional na qual indígenas, imigrantes e negros incluíam-se na concepção de “todos somos iguais” (Cunha; Santos, 2014). Para tal, ocorreram estudos em 1950 patrocinados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), e havia pesquisas e livros sendo produzidos por sociólogos como Roger Bastide, Florestan Fernandes, Arthur Ramos, Gilberto Freyre e Octavio Ianni. Nesse ponto, destaca-se Gilberto Freyre e sua famosa teoria da “democracia racial”, na qual confirmava a ideia de Vargas sobre o Brasil, que existe uma igualdade entre todos. No entanto, diversos escritos de Florestan Fernandes e sua Escola de Sociologia Paulista, desmentiram e denominaram “mito da democracia racial” o que Gilberto Freyre defendia de identidade nacional (2021). Clóvis Moura (2020) destaca sobre Freyre, mencionando Guerreiro Ramos, que também é um crítico da então sociologia feita em relação ao negro no Brasil:

À luz deste pensamento de Guerreiro Ramos podemos compreender o mito do bom senhor de Freyre como uma tentativa sistemática e deliberadamente montada para interpretar as contradições estruturais do escravismo como simples episódio sem importância, que não chegaram a desmentir a existência dessa harmonia entre exploradores e explorados (Moura, 2020, p. 20).

Com esses fatores reverberando no país, o movimento negro começa a buscar o ensinamento, no espaço formal, da história e cultura afro-brasileira. Silva (2016) detecta que: “Ao longo do século XX, diferentes iniciativas foram tomadas, pelo Movimento Negro, a fim de fortalecer negros e negras, por meio inclusive dos currículos escolares” (Silva, 2016, p. 27). Ou seja, o começo de uma movimentação nas políticas públicas em prol do reconhecimento e entendimento de si, atrelado à historicidade, como forma de modificar o pensamento social em relação ao negro no Brasil.

Dessa maneira, no começo do século, em 2004, o Conselho Nacional de Educação (CNE) emite o Parecer CNE/CP 003/04, que descreve “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o

Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (Brasil, 2004). Na sequência ocorreu a criação da Lei de n.º 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e incluiu o ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira”. Hoje, a Lei utilizada é a n.º 11.645/08, onde descreve o ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, uma inclusão relevante e frisada para ser utilizada em todo o currículo escolar, não somente em áreas específicas das humanidades.

3.2.1 Atual situação da legislação no cenário brasileiro

No ano de 2017, o ministério da educação fez um levantamento em busca de compreender os materiais didáticos, formação e capacitação de professores sobre a Lei n.º 10.630/03 e n.º 11.645/08. Uma das principais conclusões refere-se ao fato de muitos municípios e Estados não praticarem ações para implementação dessa lei, seja por meio de livros ou preparo de seus professores. Uma articulação com diversas outras temáticas é necessária para estabelecer os conceitos e conhecimentos referentes a essas leis.

Para que as leis sejam efetivadas e tenham aplicabilidade requer-se uma reflexão sobre os conceitos tais como: racismo, raça, autoestima, cidadania, ações afirmativas, liberdade de credo, identidade étnico-racial, ancestralidade, oralidade étnico-racial, resistência, gênero e sexualidade, dentre outros, de forma a dar sustentação às novas intervenções na área educacional. E é preciso também profissionais da área de educação despojados de preconceito, racismo, intolerância e capacitados, conhecedores do tema e, principalmente, dispostos a aprender e ensinar (Brasil, 2017, p. 82).

Portanto, o ministério reconhece a necessidade de outros debates e de ações direcionadas nos Municípios e Estados, para além de apenas criações de legislações. O relatório viajou pelas capitais, que seriam pioneiras na implementação dessas práticas. Logo, em Pernambuco, o agreste não foi estudado e não se sabe até que ponto realizaram-se formações e materiais didáticos dentro dessas escolas. “Cavalheiro (2003), Oliveira (1994/1999), Munanga (2005) reconhecem que o ambiente escolar está impregnado de racismo silencioso” (Brasil, 2017, p. 85). Esse olhar é posto em 2017, mas é válido para o hoje no país.

Nesse caminho, o Instituto Alana, que atua buscando a melhoria da vida das crianças brasileiras, juntamente com o Geledés Instituto da Mulher Negra, promoveram uma pesquisa para compreender mais sobre a Lei n.º 10.639/03. Com

o título *Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira*, essa pesquisa demonstra que nesses cinco anos ainda não houve muitas mudanças para execução dessa e da Lei n.º 11.645/08. Isso fica explícito quando as próprias Secretarias Municipais de Educação buscam promover atividades exclusivamente no mês ou dia da Consciência Negra, demonstrando um despreparo pela gestão (Geledés Instituto Da Mulher Negra, 2023). Outra consequência desse desencontro aparece quando a maioria dos municípios, que buscam modificar suas estruturas para aplicar o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, não respondem na pesquisa dados sobre o ensino médio. Ou seja, pode ser especulado que não ocorrem atividades para o ensino médio sobre o tema, deixando uma lacuna para esses estudantes do ensino público brasileiro.

O diálogo entre a comunidade escolar e os poderes políticos, estaduais e municipais é fundamental para modificar essa realidade executiva. Portanto, essas duas pesquisas demonstram a necessidade de acompanhar periodicamente Estados e Municípios brasileiros sobre suas ações relacionadas ao ensino da história e cultura afro-brasileira. Ocasionalmente assim, nessa formação sem acompanhamento por parte dos jovens brasileiros, promovendo uma desinformação. Logo, está explícito a ausência de preparo da gestão e seus professores para compartilhar esse conteúdo, deixando a cargo da educação informal ou não formal para suprir esse espaço.

3.3 GERAÇÃO Z E A CULTURA DOS DEBATES ONLINE

De acordo com Ferreira (2020), a ideia de que os jovens de hoje são uma geração social é fundamentada. Isto quer dizer que tiveram a oportunidade de compreender a existência de sintomas de alterações sociais que são estruturais. Ainda assim, não é possível conceber uma geração com a crença de que as pessoas que a compõem possuam uma realidade social que seja singular e imutável. É notório que, no que diz respeito aos jovens, eles estão inseridos em um contexto de mudanças de condições materiais, enfrentando novas realidades transitórias que são uma das principais dificuldades que surgirão ao longo da vida, como apontado por Palfrey e Gasser (2011).

Diante disso, há uma geração de jovens específica para a qual devemos voltar o nosso olhar. A geração Z é caracterizada como aquela que iniciou no final do século XX, que coincide com a transição da terceira para a quarta revolução industrial (Emmanuel, 2020). Sua geração está entre os nascidos do ano de 1995 até o de 2010, uma virada de século que ocasionou mudanças sociais. Diante disso, a tecnologia é uma dessas modificações do século que cresce e desenvolve-se juntamente com essa geração e suas subsequentes. Ou seja, um grupo que aprende sobre tecnologia utilizando-a, sem muitas recomendações e consciência de sua consequência. Assim, o campo online é tão paralelo quanto a realidade e não mais algo para poucos jovens como no século XIX e seus anteriores.

Dessa maneira, o surgimento dessa tecnologia coloca a educação nesse universo também, como a implementação da Educação à Distância (EaD). A necessidade de formalizar e transpor algo que estava exclusivo para o universo físico demonstra a relevância da internet no dia a dia no mundo. No entanto, no Brasil, é algo ainda de segundo plano e em menor escala, sua regulamentação é da geração Z na Lei n.º 9.394/96. Reforçando assim, como ainda é um país que não domina essa temática, uma nação que continua aprendendo a lidar com a tecnologia em suas vidas.

A chegada das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) adentram a educação brasileira e são uma realidade na vida dos estudantes na contemporaneidade. No entanto, os diversos níveis de educação possuem divergentes gerações de professores, ou seja, alguns podem não possuir muita familiaridade com essa nova tecnologia. Chaves (2017) observou em sua pesquisa, que corrobora e demonstra perspectivas sobre essa formação de professores defasada relacionada às TICs, o despreparo de professores para com estudantes da geração Z.

Ficaram evidentes as dificuldades demonstradas pelos professores em relação ao uso das ferramentas existentes no mundo digital, pois, a grande maioria destes possuem, no máximo, formação inicial básica acerca da utilização destes recursos, dificultando, assim, o andamento de todo o trabalho desenvolvido. Faz-se necessário e urgente desenvolver ações capazes de transformar a realidade que se apresenta, pois, a educação deve refletir sobre o seu papel e propor novos rumos de forma a contribuir no desenvolvimento de cidadãos autônomos, capazes de dominar os insumos tecnológicos atuais (Chaves, 2017, p. 43).

Ou seja, uma ausência que pode ser um caminho para impedir o diálogo entre escolas e tecnologias, bem como na busca de informações reais sobre temáticas postas no universo online. Dessa forma, os estudantes recorrem a outros caminhos que podem não ser seguros ou podem não buscar a veracidade dos conteúdos que chegam até eles.

Debates sempre ocorrem, seja dentro ou fora do espaço escolar, mas o principal é a qualidade desse conteúdo. A facilidade de acesso às TICs, sem mediação entre conteúdo online e offline, gera uma busca de mais informações por canais duvidosos ao invés de professores formados. De fato, o acesso à educação, hoje, é uma necessidade para estudos, trabalhos, comunicação, informações e afins. Entretanto, a desinformação também está dentro dessa esfera, ao exemplo das “fake news” que podem expor informações falsas intencionalmente ou não.

Ao mesmo tempo em que as informações são compartilhadas de forma rápida e simples, elas também são produzidas com essa mesma agilidade. A facilidade em se criar conteúdo, publicar e distribuir na rede transformou a internet em um local passível de propagar materiais e informações que não são verdadeiras e não seguem padrões éticos e embasamento teórico. Esse tema hoje se transformou em um debate mundial sobre a influência danosa que pode causar uma ideologia e transmissão irresponsável. É o que chamamos atualmente de “Fake News” (Emmanuel, 2020, p. 28).

Assim, a tecnologia possui essa característica de voracidade de informações confiáveis e não confiáveis, gerando um caminho para além da educação formal e sua sala de aula. Dentro disso, essa juventude busca questionamentos acerca de décadas e séculos do nosso Estado que estavam com descasos ou até sem ser mencionados (Gohn, 2018). Por isso, buscam pelas redes sociais um entendimento relacionado às minorias e aos movimentos sociais para tomada de decisões.

Um dado merece ser trabalhado nos currículos: a presença dos jovens nas lutas por direitos articulados têm cultivado a consciência política da juventude. Estão presentes como sujeitos políticos na diversidade de movimentos sociais e na diversidade de mobilizações recentes por lutas populares, por melhoria de vida, por outras políticas públicas, por outro projeto de sociedade. Os jovens se mobilizam como atores políticos centrais (Arroyo, 2014, p. 170).

Ou seja, a união entre os jovens que estão buscando ser politizados cada dia mais, com o acesso ilimitado a informações tem seus benefícios para o aprendizado e liberdade desse aprendizado. No entanto, a ausência dessa formação

aprofundada ou de conversas com professores e especialistas sobre os temas, pode acarretar uma desinformação em massa também.

Reforçando, o acesso à informação que os jovens possuem nas redes sociais é vasto e amplo. Dentro desse universo encontram-se imagens, vídeos ou comentários relacionados do humor até o jornalismo, debates sobre representações engraçadas ao debate sobre assuntos considerados importantes para a sociedade civil. Muitos desses debates chegam com argumentos e opiniões prontas, o que não estimula a visão crítica de quem absolve essas informações, resultando em pontos de vistas que os indivíduos acham que são seus e colocam-se em ferrenha defesa deles. Hernández (2011) traz essa perspectiva quando detecta essa ausência de criticidade no universo da revolução tecnológica.

Em um mundo dominado pelos dispositivos da visão e pelas tecnologias do olhar, a finalidade pedagógica que proponho trataria de explorar nossa vinculação com as práticas do olhar, as relações de poder em que somos colocados e questionar as representações que construímos em nossas relações com os outros, porque, no final, se não podemos compreender e intervir no mundo é porque não temos a capacidade de repensá-lo e oferecer alternativas (Hernández, 2011, p. 46).

Devido a isso, o pontos de vista sobre questões raciais de um sujeito pode ser persuadido e até deturpado sobre o racismo, mesmo essa pessoa sendo negra e inserida dentro de outros recortes de minorias como classe e gênero. Posto isso, o espaço onde pode ser desenvolvido uma troca e a construção da própria criticidade é a troca com professores, dentro e fora do espaço escolar formal.

Nesse sentido, Giroux (2010) também trouxe, por exemplo, um olhar sobre o compartilhamento de imagens do complexo penitenciário Abu Ghraib, que promovia tortura e a partilha de imagens e informações sobre esse fato nas redes sociais. O consumo e os discursos de ódio que ali espalham-se também conversam sobre o que Adorno havia colocado sobre Auschwitz, ao comentar a ausência de uma sociedade crítica que interfere nas políticas punitivas e em negligências com o outro que ali também vive.

Está implícito na argumentação de Adorno o reconhecimento de que a educação como uma prática crítica poderia fornecer os meios para dissociar o senso comum na aprendizagem do estrito impacto ideológico dos meios de comunicação de massa, das tendências regressivas associadas à hiper-masculinidade, dos rituais diários de violência, da incapacidade de se identificar com os outros, assim como das ideologias penetrantes de repressão do Estado e suas ilusões de império (Giroux, 2010, p. 195).

Isto é, o conhecimento sobre algo facilita um diálogo e o não uso de violência, seja ela qual for, para buscar adequar algo ou um indivíduo a sua perspectiva de mundo. O senso crítico faz com que compreendamos o espaço do outro e a sua liberdade de viver como se é, buscando sempre respeitar e defender os direitos garantidos na humanidade para todos, independentemente da opinião individual sobre tal.

3.3.1 Pensando juventudes e suas especificidades

Sendo assim, o jovem é o substantivo e o aluno é o adjetivo, embora muitas vezes a gente se esqueça disso, nos relacionando com eles como se fossem somente alunos, concordam comigo? Ali não estão nem crianças, nem gente já adulta, mas as juventudes, com tudo o que há de específico ou particular a essa fase das temporalidades humanas (Dayrell; Carrano; Maia, 2014, p. 18).

A concepção de juventudes amplia o olhar sobre os jovens de hoje, quando é sabido que esta fase é um processo de construção desse indivíduo para a fase adulta de suas respectivas vidas. Com isso, Dayrell, Carrano e Maia (2014) trazem esse olhar sobre a pluralidade que existe em um mesmo grupo de pessoas, seja pensando em uma sala de aula ou em uma geração como a Z. Isso resulta na reflexão sobre a realidade na qual estão inseridos e em um conjunto de fatores que interferem para o aprendizado, acesso ou permanência desses em um espaço de educação formal ou não. Ou seja, através das desigualdades sociais entre uma mesma juventude pode ser compreendido os problemas daquela sociedade, mensurado os caminhos que esperam essa população em um futuro breve e até realizadas intervenções para melhorar o amanhã. Vandenberghe (2014) corrobora:

O estudo das juventudes oferece uma oportunidade ideal para examinar a relevâncias das teorias da mudança social na modernidade tardia. Se os processos de globalização, modernização reflexiva e individualização têm mudado fundamentalmente os contornos das sociedades modernas, como Giddens e Beck afirmaram, esperaríamos encontrar evidências fortes dessas mudanças entre as populações juvenis. De fato, nós encontramos (Vandenberghe, 2014, p. 300).

A geração Z é um bom caso da percepção de mudanças que ocorreram na esfera da tecnologia e das relações sociais que estabelecemos através delas. Dentro disso, não seria diferente a existência de desigualdades raciais, de gênero e

classe em sua composição, como em qualquer outra geração, por assim dizer. Mecanismos como usar as redes de forma anônima e distanciar-se de quem é no mundo real, é uma possível tentativa de evitar passar discriminações que vivenciam no mundo virtual, mas expõe os desconfortos de certos corpos com o esse espaço da “liberdade” que é a internet.

Muitos defenderam que o “ciberespaço” ou ambientes “virtuais” e digitais derrubariam variáveis vistas como apenas identitárias, tais como raça, gênero, classe ou nacionalidade. Isso se deu sobretudo quando: a) os ambientes digitais eram ainda informacionalmente escassos, com poucas modalidades de comunicação, focando sobretudo em textualidade; b) pesquisadores advindos de populações minorizadas nos países de diáspora africana ainda eram poucos e ignorados; c) a pretensão de neutralidade das plataformas e mídias, advindas de um tecnoliberalismo em consolidação, já se fazia vigente. Hegemonicamente, então, o mito da descorporificação das identidades fortaleceu-se na interseção de uma série de motivações, desde o olhar utópico de quem via a internet como um possível éden até a cegueira racial, que já não enxergava as disparidades estruturais e hiatos digitais (Silva, 2022, p. 3).

Ou seja, as problemáticas reais também ocupam essas relações nas redes sociais, expande-se para notícias, comentários, vídeos e diversas situações que acontecem no dia a dia de minorias sociais. Como exposto na citação, as relações sociais mudaram ao longo das décadas, antes era algo mais para apenas colher informações. Hoje, informações circulam de forma generalizada e ilimitadamente, podendo nascer a qualquer momento uma notícia que pode ou não ser verdadeira. Portanto, isso demonstra também os possíveis motivos dos jovens da geração Z levarem debates sobre desigualdades sociais, como as questões étnico-raciais ou de gênero, para o espaço online. Isso funciona como um modo de organizar seus pensamentos com as ferramentas que sua geração aprendeu a usar e recorrer quando buscava saber sobre algo.

3.4 RETOMANDO PONTOS

O debate racial na sociedade é por si só uma problemática constante e cotidiana, não poderia diferir para os jovens da geração Z. A pesquisa de título *Ethnic-Racial Identity and Friendships in Early Adolescence* (Rivas-Drake, 2017) publicada na revista *Child Development* da Universidade de Michigan, descreve as relações de amizade em um espaço escolar e a importância da consciência racial como facilitador para construir amizades sólida e diversas entre os jovens. A

consciência sobre sua raça fortalece o seu eu ao ponto de compreender que o outro pode ter uma raça diferente e não surgir desse ponto um problema, mas um olhar de curiosidade cultural e social do outro. O oposto do que Castells (2018) descreveu que ocorre quando existe um desconhecimento da raça do outro.

Em meio a comunas culturais e unidades territoriais de autodefesa, as raízes étnicas são distorcidas, divididas, reprocessadas, misturadas, estigmatizadas ou recompensadas de maneiras distintas, de acordo com uma nova lógica de informacionalização/globalização de culturas e economias que produzem compostos simbólicos a partir de identidades não claramente discerníveis (Castells, 2018, p. 131).

Ou seja, pode reverberar em uma desvantagem e isolamento no que se refere a inclusão social, econômica e consequentemente online para essa minoria em relação a outros grupos. Isto é, a pesquisa de Rivas-Drake (2017) demonstrou o poder do espaço escolar nesse debate racial que transpõe, naturalmente com a era do virtual, para o universo online. Pensando assim, que o jovem que chega ao espaço online com um conhecimento e troca no espaço físico/real sobre a raça, tende provavelmente a ser mais crítico ou menos influenciável em relação às ideias distorcidas que podem chegar até esse ser.

Dessa forma, nesta pesquisa, existe o espaço no campo para observar esse conteúdo online que pode ser superficial ou servir para aprofundar debates raciais. Alguns desses diálogos podem ser realizados com professores ou pesquisadores, outros com pessoas que acreditam ter conhecimento sobre os temas para partilhar e ainda podem existir partilhas entre aqueles que vivem a questão racial cotidianamente. Ao observar esses espaços online, busca-se colher os tipos de conteúdos que estão sendo postados hoje para a geração Z. Uma busca sobre até que ponto ocorre o diálogo com o espaço escolar e com a realidade social brasileira. Kellner e Share (2008) já diziam sobre usar a tecnologia com o pensamento crítico:

A educação midiática deve ser relacionada à educação para a democracia, na qual se estimula os alunos a serem participantes informados e letrados midiáticos em suas sociedades. Além disso, a alfabetização midiática deve ser relacionada à alfabetização pela informação, à alfabetização tecnológica, às artes e às ciências sociais. A alfabetização crítica da mídia deve ser um fio comum que passe por todas as áreas curriculares, uma vez que se refere à comunicação e à sociedade (Kellner e Share, 2008, p. 709).

Logo, compreender até que nível de aprofundamento um site ou influencer pode proporcionar de conhecimento para uma geração é algo necessário também.

4 COLETA DE DADOS

Para entendermos melhor a Lei n.º 11.645/08, realizamos uma coleta de dados online nas bases Smartech, IBGE e Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação - CETIC. Partindo disso, entendemos que a compreender os caminhos burocráticos para aprovação de uma Lei é relevante também na importância de sua execução.

Outro ponto é a obtenção de dados quantitativos que forneçam informações para o caminho do qualitativo. A escolha e busca dos perfis dos influenciadores digitais foi reforçada a partir dos dados que estão expostos nos anexos desta pesquisa. Os dados do CETIC expõe o norte e nordeste como espaços, dentre as regiões do Brasil, com menor número de usuários. Por isso, foram escolhidos três influenciadores, que debatem a temática racial, originários da região nordeste. A escolha do nordeste surge por possibilitar dialogar com a cidade de Recife e Caruaru, municípios de Pernambuco. Para possibilitar uma variação de faixa etária, permitindo uma modificação de gerações que tiveram acesso à tecnologia mais cedo em suas vidas ou não, foram determinadas pessoas de diferentes faixas etárias.

Pensando em um espaço que abrangesse uma gama de informações sobre os debates da negritude e que também fosse um caminho para ter acesso a potenciais influenciadores digitais para essa pesquisa, foram determinados dois sites que estão há muito tempo nessa temática. Com isso, foi possível ter contato com dados sobre a Lei n.º 11.645/08 e suas reverberações na sociedade, já que os sites expõem pesquisas autônomas e de outras organizações sociais.

4.1 A PROGRESSÃO LEGISLATIVA NOS TERRITÓRIOS

O processo legislativo no Brasil caminha por diversas etapas até ser colocado na esfera executiva no país. Seu caminho pode ser trilhado por meio de olhares de seus políticos ou pelas demandas de cidadãos, ambos são submetidos ao congresso nacional. Para chegar na atual Lei n.º 11.645/08, ocorreram diversas lutas e processos. Sua trajetória foi coletada para explorar as trilhas registradas, de forma bibliográfica, descritores que exponham e expliquem melhor os pontos colocados nessa pesquisa. O impacto foi tamanho que se expandiu para Estados e municípios do país, que aderiram e buscam essa reparação social para o povo negro-brasileiro.

4.1.1 Histórico das leis para relações étnico-raciais

O método de propor uma lei, segundo a descrição da página da Câmara dos Deputados, pode ocorrer por meio de políticos ou iniciativa popular (BRASIL, 2023). A nomenclatura definida é projeto de Lei (PL) e seu trâmite começará na Câmara dos Deputados, com exceção se for proposta por Senador ou comissão de Senadores. O projeto passa por até três comissões temáticas, para análise e debates sobre o que está colocado. Após esse momento, feita as observações e sugestões de modificações, segue para as Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se houver envolvimento financeiro, passará pelo CFT, caso não, somente pela CCJC. Haverá mais uma análise que poderá resultar em arquivamento ou seguimento ao trâmite do PL.

A votação não é sempre necessária para todos os projetos de lei, alguns requisitos são:

Precisam ser votados no Plenário, entre outros: projetos de lei complementar; de código; de iniciativa popular; de comissão; projetos aprovados pelo Plenário do Senado; projetos em regime de urgência; e projetos que tramitam em caráter conclusivo, mas que tenham recebido pareceres divergentes nas comissões (pela aprovação e rejeição) ou que tenham sido alvo de recurso para votação em Plenário (Brasil, 2023, p. 4).

Ou seja, geralmente, segundo o site da Câmara dos Deputados, os projetos são aprovados e posteriormente ocorre um espaço para debater os trechos que modificam o PL. Dando seguimento, após a Câmara dos Deputados aprovar o projeto, seguirá para o Senado aprovar ou não também. E por último, chega nas mãos do Presidente da República para ratificação e ser publicado no Diário Oficial da União, se não houver apontamentos de mudanças no PL pelo Presidente. Caso, sim, a parte aprovada será publicada e a não aprovada volta para Câmara, mas dessa vez com Senadores e Deputados debatendo juntos os apontamentos feitos pelo Presidente da República.

Essa exposição é no intuito de explicitar a burocracia para criação de uma Lei no Brasil. Portanto, traçando uma linha do tempo para chegar no processo de inclusão sobre o ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” da atual Lei n.º 11.645/08, houve um longo caminho. O espaço de tempo até chegar na criação dessa Lei, é de quase dez anos desde a criação da LDB em 1996, onde estabeleceu

diretrizes para a educação pública e privada brasileira. No entanto, apesar de já haver movimentos debatendo sobre os negros enquadrados do Brasil, ainda não era suficiente para o congresso pensar ou ouvir a população naquele tempo. Dessa forma, a inclusão do debate racial ficou para o século XXI, e ainda perdura bastante pendências na sociedade, seja política ou social.

A primeira Lei a ser incluída e obrigatória foi a Lei de n.º 10.639/03 que alterou a LDB para incluir o ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira”. Essa criação necessitou de uma Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que foi formalizada em 23 de maio de 2003, visando colaborar, fomentar, desenvolver e ratificar os percursos das direções de ascensão da igualdade racial (Geledés Instituto Da Mulher Negra, 2023). Essa Lei foi primeiramente formalizada em 2003, após isso foi regulamentada em 2004, para em 2005 ser implementada, uma linha do tempo traçada pelo estudo *Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira* do Instituto Alana e Geledés (2023). Esse processo ocorreu novamente com a atual Lei n.º 11.645/08 que inclui a obrigatoriedade do ensino sobre os povos indígenas.

Outros percursos ocorreram para outras áreas, como uma busca para reparação para pessoas negras no âmbito social, econômico e político, além do educacional que foi mencionado. Dessa forma, pensando nesse conjunto, foi criada a Lei n.º 12.711/12 ou Lei de cotas no ensino superior. Pioneira para a criação de cotas em outra esfera, como em concursos públicos administrativos federais (Lei n.º 12.990/14). Esse composto serviu para extinguir o SEPPIR e incluir suas demandas à Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (Geledés Instituto Da Mulher Negra, 2023).

Em 2023, foi criado o Ministério da Igualdade Racial, bem como o dos povos Indígenas que dialogam com a Lei n.º 11.645/08, cada um adentrando e buscando melhorias para seu povo no Brasil. No entanto, é necessário sempre lembrar e reforçar de onde tudo começou, o olhar vanguardista do movimento negro sob a existência de uma Lei na educação para reparar e ensinar na compreensão das pessoas sobre a história e cultura afro-brasileira.

Para tanto, a luta do movimento negro, coadjuvada por outros movimentos sociais, foi de fundamental importância. A partir de pressões feitas por esses atores sociais, o Governo Federal, principalmente através do Ministério da Educação, lançou um conjunto de políticas públicas com o objetivo de corrigir injustiças e gerar inclusão social, cidadã e educacional alcançando a toda a população brasileira que, na sua grande maioria, desconhece e não tem acesso à sua história (Brasil, 2017, p. 7).

Então, se hoje existe um Ministério dedicado ao debate das questões raciais, pode ser compreendido que muitos que estiveram antes lutaram por algo que iniciou uma modificação de compreensões nesse país.

4.1.2 Estado aprofundando uma Lei Nacional nos municípios

O Estado de Pernambuco possui como capital a cidade do Recife, adentrando esse espaço encontra-se Caruaru, um município inserido no agreste Pernambuco. No ano de 2015, através do Decreto n.º 41.980/15 emitido pelo Governo de Pernambuco, foi estabelecido o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade racial (COEPPIR) que possui diálogo com a Secretária de Educação, como descrito no Decreto (Pernambuco, 2015). Após instituir o COEPPIR, foi criado o “1º Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial”, com o intuito de buscar ações que o Governo deveria cumprir em seu mandato nas mais diversas áreas entre 2016 a 2018. No espaço referente a Educação foi exposto uma linha do tempo de atuação do Estado para incluir o debate sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, como a Instituição do Fórum de Educação e Diversidade Etnicorracial de Pernambuco ou uma instrução normativa:

Publicação da instrução normativa n.º 004/2011, que orienta os procedimentos para o desenvolvimento das Diretrizes Curriculares Nacionais relativas à educação das relações étnico-raciais e ao ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, no âmbito das escolas do sistema estadual de ensino (Pernambuco, 2016, p. 45).

Hoje, buscando o COEPPIR e sua página no site do Governo do Estado de Pernambuco, não houve novas publicações de planos ou relatórios referentes a essas ações estabelecidas no 1º Plano.

4.1.3 Municípios buscando promover mecanismos reparadores

A prefeitura da cidade do Recife criou um grupo de trabalho da educação das relações étnicorraciais (GTERÊ) para “monitorar e programar ações em cumprimento às Leis 10.639/03 e 11.645/08 na Rede Municipal de Ensino do Recife” segundo Alves (2013). No entanto, Messias (2009 *apud* Alves, 2013) ao pesquisar sobre o GTERÊ, percebeu sua precariedade e observou que a Lei n.º 10.639/03 não havia corporificado na Secretaria de Educação na cidade do Recife. A problemática do orçamento é colocada nesse debate, por inviabilizar a produção de materiais, além de representatividade em sua composição, pode-se dizer que é um reflexo da ausência de pessoas negras em cargos de gestão (Alves, 2013). Levando assim, os estudantes para um atraso na educação deste município até os dias atuais.

A prefeitura de Recife promoveu implementações no município para igualdade racial, no entanto, o grupo GTERÊ é o responsável pela demanda de atitudes para ensinar, explicar e espalhar o conceito das Leis referentes ao ensino de história e cultura afro-brasileira. Recentemente, o grupo promoveu o XI Seminário do GTERÊ no ano de 2021, colocando uma formação continuada sobre o tema da Educação das Relações Étnico-Raciais (Escola De Formação De Educadores Do Recife, 2021). Esse evento busca uma formação continuada com vinculação à Escola de formação de educadores do Recife Professor Paulo Freire, promovida pela Secretaria de Educação, que pertence à Prefeitura do Recife.

Levando esse debate para outra parte, local o qual é o principal campo desta pesquisa, Caruaru homologou o Decreto n.º 96/21, o Regimento Interno do Conselho Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (COPPIR). A criação do COPPIR ocorreu em 2018, pela Lei n.º 6.069, estabelecendo a inclusão de um conselho que possui pessoas de movimentos sociais, da Secretaria de Educação, dentre outras áreas. Esse conselho caminha paralelamente com as ideias que o GTERÊ possui na cidade do Recife, ou seja, ambos Municípios estão pensando nessa promoção da Igualdade Racial na educação e de outras áreas também. Dessa forma, espera-se sempre um alinhamento com a atual realidade do país, como a existência de um Ministério da Igualdade Racial, que busca nacionalmente essa pauta da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER).

Logo, no ano de 2021, no contexto da pandemia, o COPPIR promoveu uma programação especial para o mês da Consciência Negra (G1 Caruaru, 2021). Esse

evento ocorreu com o suporte das secretarias de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Políticas para Mulheres, Saúde e Educação e Esporte. Os espaços utilizados percorreram Caruaru, promovendo roda de conversas, minicursos, cinema, ateliê, formação e outras coisas. Reforçando o caminhar dessas duas esferas para uma busca da promoção da igualdade racial.

No entanto, esses eventos acabam por ser pontuais na necessidade curricular posta em relação ao ensino da história e cultura afro-brasileira. Reforçando a questão que Messias (2009 *apud* Alves, 2013) apontou há alguns anos, já passaram dez anos e as modificações são possíveis de observar. Dessa maneira, ainda existem questões sobre esses grupos atuando no ambiente online, sua eficiência para a formação de professores em seus respectivos municípios. Recife desenvolveu o GTERÊ em 2005 na I Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, segundo GTERÊ (2009 *apud* Alves, 2013). Caruaru desenvolveu o COPPIR em 2018, um tempo relativamente curto de ações, deixando uma lacuna para explorar sobre a aplicação da Lei neste município.

4.2 PERFIL ATRAVÉS DOS DADOS SOBRE O BRASIL

Os dados estatísticos e a disponibilização deles ajudam a compreender de outro ângulo as dificuldades e facilidades da educação das relações étnico-raciais. Com isso, alguns dados coletados nas plataformas do Smartech, IBGE, e Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação - CETIC, serão expostos nesses próximos tópicos. Buscando, assim, uma explicação do atual cenário da capital Recife em relação ao município de Caruaru e do Nordeste em relação ao brasileiro em dados.

4.2.1 População de Caruaru e de Recife em relação à educação

Segundo o Censo de 2022, a população de Caruaru é predominantemente composta por pessoas na faixa etária entre 20 anos a 45 anos e a maioria do sexo feminino, como está exposto na imagem do anexo B. O perfil de Recife não possui tamanha diferença nesse primeiro momento de contato. A problemática começa a surgir na busca de dados relacionados à escolarização de ambas cidades, pois o Censo mais recente registrado com os dados relacionados a pessoas que

frequentavam escola ou creche, subdividido por raça, é de 2010 e 2000. Portanto, não foi possível confirmar se ocorreu modificação na educação nos últimos 10 anos, ou se ela se mantém a mesma, já que ocorreu o aumento populacional em Caruaru e em Recife houve uma queda.

Dito isso, para compreender o que acontecia nesses municípios em 2010 e entender os resultados, foi criado um gráfico simples, exposto no apêndice C, para facilitar a compreensão e visualização comparativa dos dados entre Caruaru e Recife. No município de Caruaru ficou explícito que pessoas brancas ocupam mais espaços educacionais que os pretos e pardos, em alguns momentos essa diferença chega a mais de 2%, como na graduação. É bem verdade, que no espaço de formação para jovens e adultos os negros (pardos e pretos) predominam, seja na alfabetização, no ensino fundamental ou ensino médio. O ensino fundamental regular ainda foi possível uma pequena sobreposição dos negros em relação aos brancos, equivalente a 0,18%. Em comparação com Caruaru em 2000, o quantitativo de brancos era quase o dobro em comparação com os pardos e já era possível ver o dado de negros predominando na educação de jovens e adultos. Na época, somente aparece que predominava na alfabetização, não existem dados sobre o ensino médio ou fundamental para jovens e adultos.

Já em Recife, no ano de 2010, as pessoas negras ocupavam mais a educação do que as pessoas brancas, com uma diferença de mais de 15%. A mudança acontece quando ocorre o olhar para o ensino superior, seja na graduação, especialização, mestrado e o dobro no caso do doutorado. Observando em 2000, o total ainda é predominantemente por pessoas negras, com um percentual em torno de 8%, metade ao de 2010. Porém, a predominância de brancos inicia no ensino médio, com uma pequena diferença e mantendo o dobro ou mais no quesito graduação, mestrado e doutorado.

Portanto, foi possível observar que ocorreu uma inserção de negros na educação brasileira ao longo dos anos, mas ainda não ocupam majoritariamente espaços como o ensino superior. Isso é compreensível quando os jovens e adultos negros estão sendo alfabetizados, ou no fundamental, ou médio, enquanto pessoas brancas adentram a educação de nível superior subsequente a educação básica.

4.2.2 Acesso ao universo tecnológico no Nordeste

No segundo semestre de 2023, foi divulgada a Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2023, seus dados utilizados aqui estão no anexo C. Essa pesquisa, de responsabilidade do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), produzida pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), tem por objetivo “medir posse, uso, acesso e hábitos da população brasileira em relação às TIC” (Brasil, 2023). Compreendendo assim, que existe a necessidade de mapear e caracterizar os usuários de internet no Brasil.

Dessa forma, no nordeste brasileiro é onde ocorre o maior compartilhamento de internet com vizinhos, principalmente no espaço rural entre as classes sociais DE. Dentro os dados disponibilizados, o observável é que o grau de escolaridade, a faixa etária e a classe social são os principais fatores que fazem alguém não conseguir usar a internet no Brasil. As pessoas com fundamental já não são tão adeptas ao uso da tecnologia, e aquelas com apenas alfabetização chegam em torno de 32%, além daquelas com faixa etária acima de 60 anos, e dentro das classes DE. Ou seja, se o indivíduo não possuir escolaridade do nível fundamental e for da classe DE, é bem provável que não tenha acesso à internet. Dentro disso, é que pessoas da área urbana predominam em relação ao não acesso à internet do que o espaço rural, maioria pessoas negras, do nordeste e sudeste.

Outro dado é de quem tem acesso à internet pelo computador são, em sua maioria, da classe A e B. E outro dado expõe que quem tem apenas o celular como instrumento de acesso à internet, tende a não utilizá-lo para verificar se as informações que encontrou na internet são verdadeiras. Pensando na educação, pessoas das classes C em diante, são mais propensas a manter a informação que obtiveram acesso, mesmo ela estando equivocadas para a construção de um conhecimento de qualidade.

Logo, foi possível perceber que tanto a área urbana quanto a rural ainda crescem no espaço de acesso à internet e conseqüentemente a informação. A classe DE tende a passar por mais situações, seja em relação à falta de acesso, ou a quanto desse acesso ocorre de poder obter informações erradas, prejudiciais inclusive. Fica explícito que o Brasil ainda cresce no setor de controle e

disponibilidade de acesso para mais usuários, algo que está sim crescendo, mas que já se observam problemáticas.

4.2.3 População negra no contexto dos municípios por meio de dados

Pensando em descrever melhor onde a população negra está inserida nos municípios, buscou-se dados que expusessem o atual cenário para essa população. Com isso, foram encontrados dados na plataforma do Smartlab (Anexo D), em um tópico denominado “Raça e Interseccionalidade” que apresenta informações relacionadas ao Brasil, estados e municípios. Assim, informações relacionadas ao universo das oportunidades e legislações colhidos, por serem importantes para pensar formas de melhoria para esses locais.

Segundo os dados disponibilizados na plataforma, fornecidos pelos municípios, IBGE e afins, atualmente a população negra e amarela são os mais desfavorecidos em relação ao salário por trabalharem no território de Caruaru, em Recife, é a população negra e indígena. Quando ocorre a interseccionalidade, ou seja, o cruzamento do sexo com a raça, chega o seguinte dado: em ambas as regiões, as mulheres e o homens negros são os que possuem pior remuneração pelos trabalhos exercidos, dados de 2020. Ou seja, um cenário de pouco tempo e com médias salariais de maior diferença na capital entre o homem branco e a mulher negra.

Pensando nas legislações criadas para reparar esse cenário, foi conferido que Caruaru e Recife estão implementando as políticas de busca por igualdade racial, enfrentamento do racismo pela Guarda Municipal, reconhecimento do patrimônio afro-brasileiro para a cultura e população, programa para ações de grupos específicos - população negra, promoção à igualdade racial e enfrentamento ao racismo, conselho municipal de Igualdade Racial. No entanto, não possuem Lei específica sobre combate à discriminação racial no âmbito da administração pública e fundo de promoção da igualdade racial. Apenas em Recife existe uma Lei específica sobre promoção da igualdade racial de n.º 18.879/17.

Portanto, existem pendências legislativas que podem estar dificultando que em Recife e Caruaru ocorra uma maior igualdade racial e principalmente econômica para o bem viver da população negra dentro dessas realidades. A educação explica a ausência e dificuldade de acesso à informação, à educação formal e isso pode ser

visto no campo de trabalho e remuneração dos adultos desses municípios. Com isso, ainda existe espaço para melhorias e criação de oportunidades em busca dessa reparação histórica relacionada ao povo negro no Brasil, e nesse caso, no estado de Pernambuco.

4.3 DEBATE DE RAÇA VISTO PELA NETNOGRAFIA

As redes sociais são ferramentas presentes na vida das pessoas que compõem o século XXI. Com isso, espaços como o YouTube ou o Instagram possibilitam espalhar informações de diversas temáticas de forma mais rápida e até breve para um público maior. O que leva a possuir bilhões de dados sobre o mesmo tema com várias perspectivas e outras formas de narrativas, necessitando de alguns filtros para chegar ao conteúdo desejado pelo usuário. Principalmente, verificação das informações expostas para os usuários desse espaço de compartilhamento.

O Instagram, pode ser observado, a qual é uma rede social que predomina o uso de fotos e vídeos curtos, sejam eles de 15 segundos, 30 ou mais. Além disso, possui a possibilidade de “live”, reuniões ao vivo com alguns usuários específicos ou sozinho e que podem ser acompanhadas pelos seguidores do perfil. Costuma ser uma rede social utilizada para informar de forma mais rápida e isso possui benefícios e malefícios. Como, por exemplo, a informação pouca, que pode ser falha, conseqüentemente sem a profundidade que alguns temas necessitam ter, gerando uma desinformação sobre o tema daquela notícia.

O YouTube é uma plataforma que predomina vídeos de longa duração, sua criação é bem antes do Instagram e o que pode ser visto no hoje, é a articulação dessa plataforma com outras. Os comentários são o ponto de interação entre os assinantes dos canais, o ponto de troca entre quem produz o conteúdo e quem acompanha também. Ou seja, é possível aprofundar e inclusive aprender sobre diversos assuntos nessa plataforma, com vídeos de duração ilimitada. Organizando e sabendo produzir para esse público que acompanha essa plataforma, alguns rentabilizam os vídeos e conseguem fazer disso seu trabalho. Outros apenas publicam seus vídeos e dividem-se em outras atividades, usam o YouTube para explicar e ampliar melhor os tópicos abordados em outras redes sociais.

Dessa forma, para essa pesquisa foram selecionados conteúdos construídos por pessoas formadas e especialistas ou por páginas que unem essas

individualidades, que expõem notícias e que buscam romper com a desinformação na era online. A diversidade dos perfis em relação ao número de seguidores, assim como a sua natureza (influenciadores digitais, portal de opinião e organização social), foi algo prezado por nós como possibilidade de observar de forma mais diversa as atuações e diálogos travados sobre as relações étnico-raciais no universo da plataforma Instagram.

Ao acompanhar esses perfis foi possível ver que eles exploram os temas com o máximo de detalhes e com uma linguagem coloquial de fácil entendimento para a maioria das pessoas no Brasil. Dentro disso, o foco visto é de que ocorre uma preocupação com o conteúdo de qualidade, educativo, crítico, bem como, explicações e provocações que fazem o seguidor refletir sobre questões raciais articuladas na educação, política, economia, sociedade, e afins. A seleção das redes ocorreu por utilizarem mais conteúdo visual, como o Instagram e o Youtube, para compreender ao máximo e melhor os influenciadores digitais e organizações estão expondo para o mundo. A seguir, realiza-se uma apresentação introdutória dos cinco perfis estudados e os dados serão analisados mais detalhadamente no próximo capítulo desta dissertação.

4.3.1 Bárbara Carine Soares Pinheiro (@uma_intelectual_diferentona)

Um dos grandes sites acompanhados ao longo dos dois anos de mestrado, foi o Portal Geledés, que no dia 05/06/2023 publicou uma entrevista com Bárbara Carine, professora negra doutora na Universidade Federal da Bahia, onde fala da escola Maria Felipa, a qual é a 1ª instituição de ensino afro-brasileira registrada em uma secretaria de educação do Brasil (Sales, 2023). Essa notícia descreve um pouco de uma mulher preta, mãe, baiana, doutora e educadora da Universidade Federal da Bahia, além de escritora, que acredita no letramento racial como forma de mudança e por isso pensou nessa escola Maria Felipa. Hoje, é possível ver suas redes sociais que expõem um pouco de sua rotina e as dificuldades raciais que vivencia, demonstrando, assim, a relevância do letramento como ferramenta combativa para quebra de preconceitos raciais existentes no país (Carine, 2024).

O Instagram de Bárbara (figura 1), à primeira vista, descreve a mãe, professora doutora, idealizadora da escola Maria Felipa, escritora finalista do prêmio Jabuti 2021/2022 e informações para contato. Sua conta foi criada em abril de 2013,

possui 430 mil seguidores e no “feed” têm fotos e cards de divulgação de palestras e eventos que a intelectual participou.

Figura 1 - Perfil de Bárbara Carine Soares Pinheiro no Instagram



Fonte: Carine (2024).

O perfil traz vídeos curtos de poucos minutos na categoria “reels”, gravados, provavelmente, em sua residência, com fundo branco, verde, e poucos objetos atrás, descrevendo situações e propondo reflexões críticas. Sua vestimenta são blusas regatas com estampas florais, ou nos “storys”, às vezes roupas de academia, demonstrando sua rotina. Além disso, suas expressões corporais e faciais descrevem o tom de raiva, ironia, alegria ou tristeza, sentimentos gerados pelas notícias sobre situações racistas ou vitória dos negros na atualidade. Sua fala é composta por autores e elementos acadêmicos para embasar suas ideias e pensamentos, ou menções a outros especialistas e intelectuais do hoje. Possui um destaque sobre alguns temas, stories gravados colocados na categoria “destaques” e expostos para aqueles que desejam compreender melhor sobre temas que cercam a população negra na área educacional e política. Seus stories são divulgações de imagens suas com amigos ou na rotina da vida, e de leitores de seus livros que marcam a autora e expõem sua satisfação pela leitura.

4.3.2 Reginaldo Santos Dias (@reginaldosantos_dias)

Por meio de sua sobrinha, a influenciadora e jornalista Tia Má (Azevedo, 2023), mencionada ao longo dos anos pelas páginas acompanhadas nesta pesquisa, foi possível conhecer o trabalho e a história de Reginaldo Santos Dias. Um professor negro de história do Estado da Bahia que produz lives para transpor seus conhecimentos. Sua página na rede social (figura 2) envolve o compartilhamento de imagens com seus familiares atual e antigamente, compartilhando sua história, e a história nacional por imagens e textos (Dias, 2024).

Figura 2 - Perfil de Reginaldo Santos Dias no Instagram



Fonte: Dias (2024).

Via cards onde divulga suas lives, com convidados e temas, o professor articula o seu lado historiador com outros especialistas para debater o Brasil, das áreas de saúde até direito. Seu perfil, criado em maio de 2020, conta com notícias e críticas, um conteúdo de poucas palavras escritas e foco em imagens estáticas ou nos momentos de vídeos e de lives que executa para seus seguidores. São pouco mais de 1.500 seguidores e poucos “destaques” com fotos suas e seu contato. Utiliza raramente a categoria stories e no “reels” revela vídeos de eventos na rua ou nas escolas que debate negritude, buscando registrar pessoas e espaço que estão compondo aqueles momentos.

O espaço online também é composto por vídeos de sua família, onde coloca a felicidade de pessoas negras baianas em sua rede social, um movimento que costuma ser diferente do que é visto nas grandes mídias. Por último, os registros de

suas libras que trazem a sua formação em história e sua linguagem da vivência e professor da educação básica, com um cenário sempre do mesmo lugar da sua casa, com a tela de fundo e gravação de baixo para cima. Ele utiliza roupas básicas nas lives, fone/microfone para facilitar, ouvir e falar na transmissão. Nas fotos de família e eventos, costuma expor batas com tecidos africanos ou roupa social em eventos familiares. Expõe pouco do dia a dia, é mais comum quando ocorrem eventos em sua cidade, Salvador, ou passa mais tempo ativo no Instagram quando está em suas lives.

4.3.3 Murilo Araújo (@muropequeno)

Criado em 2015, o Muro Pequeno é um canal no Youtube que Murilo Araújo propõe levar os debates, de forma crítica e com embasamento, sobre os temas que estuda e possui propriedade, como raça, gênero, sexualidade e religiosidade (Araújo, 2023). Em seu site está exposto seus trabalhos como influenciador, como acadêmico formado em ciências sociais, bem como suas outras redes sociais, desse baiano que reside no Rio de Janeiro. No seu Instagram (figura 3), criado em abril de 2016, estão expostos seus prêmios, rotina, palestras, críticas, pensamentos, indicações, e lógico sua imagem e dos seus, celebrando os momentos de encontros e reencontros com os pares. Alguns temas são abordados no próprio Instagram e outros em seu canal no Youtube, que envolvem mais do que os segundos ou poucos minutos comuns dos usuários do Instagram. Murilo adentra essa pesquisa por ser mais um influenciador baiano que atua há muito tempo no universo online e que é possível perceber que busca se manter dentro dele, apesar das mudanças que surgem, das gerações que o acompanham e de buscar seguir também sua coerência ao longo do tempo.

Figura 3 - Perfil de Murilo Araújo no Instagram



Fonte: Araújo (2024).

Com um Instagram que se descreve como criador de conteúdo, 80 mil seguidores, Murilo também anuncia “vidas negras e LGBTQIA +” os temas que debate e com “emojis” expressa mais de si em seu perfil, seguido pelo seu contato. Nos “destaques” debates sobre gênero, sobre si, música, animais, registros de festividades, de participações em eventos, de sua infância, da política, do seu tempo na internet. Um “feed” colorido pelas suas roupas, com seus cenários minuciosos nos vídeos, que devem ser gravados em sua casa. Para além, outros registros de suas participações e trocas com outras mentes pensantes em diversos espaços. Predominam os vídeos que debatem o tema da negritude com referências e o olhar do gênero e jovial. Poucos vídeos sobre e com teor família, mas pensados como forma de articular com a sociedade e trazer reflexões também. Roupas de tons terrosos, cenários no mesmo tom ou paredes brancas, plantas, livros, vinis, estantes e organizações. Falas que misturam o jovem que é, o youtuber que está há anos na internet, o homem negro e gay, que tanto expressa e o acadêmico que foi/é até chegar nos caminhos do YouTube.

No YouTube, vídeos mais longos de até três minutos, como no “reels” do Instagram, com cenários que predominam uma parede branca, já mencionada aqui. Vídeos com mais de dez, vinte, trinta, ou sessenta minutos, debates e articulações para explicar o todo e os detalhes, com contextos, histórias e críticas para facilitar que os temas cheguem à sociedade. Um conteúdo amplo e dividido por categorias, expondo o lado musical, o lado pessoal, o lado racial, sexual e afetivo sozinho ou com participações. Os primeiros vídeos exibem um cenário padrão, mais jovem, de

oito anos atrás, mais curtos e predominantemente sozinho em suas explicações e reflexões. Hoje, percebem-se vídeos com mais elaborações estéticas, bastante participações no decorrer dos anos, e aparentemente, mais segurança e certeza do que faz na internet. A frequência dos vídeos oscila, são oito anos fazendo e refazendo conteúdo, na construção desse canal com 137 mil inscritos e mais de 200 vídeos.

4.3.4 Alma Preta (@almapretajornalismo)

Um dos grandes sites referências, criado em 2015, e em prol de divulgar vitórias e derrotas da mesma, essa agência de jornalismo é especializada em temática racial, como consta em seu Instagram (Jornalismo, 2024). Atuando em acompanhar eventos específicos, expor áreas como a política, economia, arte, literatura, entretenimento e afins, na esfera nacional, quando necessário ainda adentra o espaço internacional para a cobertura de informações com qualidade para os seus seguidores. Com diversas redes sociais, é possível atingir diversos públicos, seja pelo objeto que irá acompanhar as informações, como computadores ou smartphones, ou a faixa etária que possui maior facilidade de acessar as notícias. Portanto, utilizam o Instagram, por exemplo, como espaço de divulgação mais rápido, pelo público que já espera dessa rede vídeos mais curtos e de fácil acesso. Diferente do YouTube, onde pode ser visto uma divisão por temáticas mais específicas, além de raça e duração curtas ou mais longas.

Com um “feed” mais padronizado de notícias, e uma descrição objetiva sobre sua atuação, essa é a “agência de jornalismo especializada na temática racial”. O “reels” serve para curtas entrevistas sobre os eventos que acompanham e explicação dos mesmos pelos seus integrantes. Conseguem ir em diversos estados e acompanhar o que acontece no território nacional e internacional no que se refere às pessoas negras brasileiras. O YouTube é utilizado para reportagens curtas, informativas, em geral, e entrevistas em espaços públicos dos eventos. Parece haver uma preocupação no momento de entrevistar os atores dos eventos e levar aos inscritos no canal uma qualidade de imagem e áudio para entender da melhor forma através da fala daquelas pessoas. Buscam dividir os tópicos abordados em “playlist” no canal, categorizados em eventos e afins, e sempre com um viés político

e social, através da raça. A primeira impressão da página (figura 4) é informando ser um espaço que produz um jornalismo focado na temática racial.

Figura 4 - Perfil de Alma Preta no Instagram



Fonte: Jornalismo (2024).

Com mais de 11 mil postagens e uma frequência diária de notícias, esse espaço jornalístico expõe um pouco de tudo sobre os negros. Nos seus “destaques” constam bastidores e caminhos para contatá-los de outras formas. Com um padrão visual, composto por imagem e manchete da notícia, o Instagram é o espaço para anunciar algo mais rápido e breve, com imagens e alguns breves relatos em vídeos. O YouTube é composto de vídeos curtos e longos que aprofundam as notícias do Instagram. Produzem playlists temáticas que facilitam a compreensão dos seguidores sobre os assuntos, sempre destacando as pessoas negras em todas as notícias. Portanto, não existe um padrão nos vídeos, eles são gravados por entrevistados e em espaços onde os eventos estão acontecendo.

4.3.5 Geledés (@portalgeledes)

O Geledés é uma organização não governamental, com diversos projetos ramificados, como o Instituto da Mulher Negra, já mencionado nesta pesquisa. No seu site, a instituição se descreve da seguinte forma:

Fundada em 30 de abril de 1988, Geledés é uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigente na sociedade brasileira (Geledés, 2023).

Logo, um site com 35 anos que atua nessa área, com especialistas em sua composição, com premiações e reconhecimento de sua qualidade em prol da população negra brasileira. Assim, sua página no Instagram (figura 5) expõe um pouco dos eventos que participam, das notícias e situações atuais no Brasil e no mundo que envolvem a população negra, sobre seus projetos, política, economia e educação.

Figura 5 - Perfil de Geledés no Instagram



Fonte: Jornalismo (2024).

Com cores fortes, entre fotos com manchete, vídeos e cards, o portal Geledés leva informações históricas, explicativas, reflexões e notícias que envolvem o povo negro. Os vídeos são gravados em diversos cenários, em casas ou na rua, por buscarem também trazer especialistas para descrever os eventos e as informações com qualidade, com falas coloquiais e de fácil compreensão para o público. No YouTube estão vídeos mais pontuais, sem muita frequência nas postagens, mas

ainda sim são produtos que buscam aprofundar alguns temas já expostos no Instagram. Utilizam uma linguagem mais histórica e contextualizada para a realidade atual. Com visuais condizentes do tema, seja no quesito histórico ou como acontece na atualidade, o canal sempre apresenta especialistas para acrescentar no debate dos temas abordados.

5 ANÁLISE DE DADOS

A análise consiste em desdobrar e explorar os diversos elementos colhidos, para compreender a temática de múltiplos panoramas e responder às problemáticas propostas. Logo, neste capítulo ocorre uma fusão de alguns pontos, buscando atingir os objetivos propostos da pesquisa através dessa nova moldagem para pensar o tema. Assim, a sequência consiste em ler o material coletado e pensar novas formas de compreensão da temática racial no hoje, através da educação pelo online em diálogo com o físico. Assim sendo, é hora de aprofundar a conexão entre a Lei n.º 11.645/08 e as discussões da geração Z acerca de questões étnico-raciais no ambiente virtual.

5.1 ACESSO À INTERNET COMO REPARAÇÃO DO CONHECIMENTO

Compreendendo a relevância da internet para comunicação, conhecimento e todo o processo de inclusão digital e conseqüentemente social, os mecanismos que possam facilitar isso são sempre relevantes dentro deste debate. Com isso, é perceptível que o espaço físico da educação ainda tende a reprimir o corpo negro, abre margem para que esses recorram à internet para adquirir seus conhecimentos de mundo e científicos, como será exposto na sequência. Tudo isso reverbera em um aprendizado falho sobre si, conhecimentos que necessitam de profundidade ou até ausência desse saber, dificultando o acesso a diversas experiências em suas vidas.

Isso está atrelado ao dado de formação da população, como exposto nos dados do Censo de 2000 e 2010. Estes apontam que a população branca está ocupando o lugar de ensino superior, e a população negra, ocupando o ensino básico no Brasil. Em alguns momentos a pessoa negra chega a ser maioria na educação, porém ainda na esfera básica. Isso tudo pode ser atrelado ao que Gomes (2017) comentou sobre a importância do movimento negro para formação dos saberes de seu povo, uma forma de juntar pessoas negras e “impulsionar” seu caminhar na carreira acadêmica. Chama a atenção também os dados do relatório das capitais (Brasil, 2017), que reconhece o racismo nas escolas, seja na ausência de literatura, ou na repressão que desincentiva esses corpos a estarem por mais tempo na educação (Gomes, 2003). Portanto, os municípios de Recife e Caruaru

não são diferentes nesse aspecto, são locais que ainda precisam de incentivo e reformulação para a educação estar pronta para manter pessoas negras e dar suporte para a continuação delas na educação.

Isso é reforçado quando é sabido que o compartilhamento de internet faz com que a mesma diminua sua qualidade. Ou seja, os dados do CETIC demonstram que existe uma dificuldade de acesso pelas classes DE, principalmente na área rural nordestina, reforçando a dificuldade de comunicação e inclusão nos debates digitais. Alguns agravantes para essa ausência de acesso estão no fato de serem pessoas acima de 60 anos, das classes DE, com apenas o ensino fundamental para níveis educacionais menores e que tendem a usar menos a internet. Outro fator é que as pessoas negras param seus estudos na educação básica por diversos fatores e usam menos a internet para obterem informações em geral. Ainda que Silva (2022) aponte a internet como caminho para diminuir desigualdades sociais, as pessoas que mais necessitam dessa redução não possuem o devido acesso para questionar e combater no universo virtual. Escancarando, mais uma vez, a desigualdade da inclusão digital no Brasil e principalmente o depender do outro para conseguir vitórias e benefícios para si.

Dessa forma, a renda/classe social entra como mais um agravante, já que o IBGE de 2020 descreveu a população negra e amarela como mais desfavorecidas em seus salários. É perceptível a relevância de um diploma para uma maior facilidade de conseguir empregos, um melhor salário e a manutenção do emprego, principalmente se comparada à esfera de mulheres negras em Recife e em Caruaru. O CETIC apontou o uso de computadores para verificar informações como parte das classes A e B, e a ausência de uso do telefone por todas as classes para verificar informações. Ou seja, se uma informação for *fake news*, as pessoas das classes C em diante terão menos oportunidades de saber a verdade, já que o acesso ao computador é um privilégio de renda que poucas mulheres negras poderão ter por receberem os piores salários nos municípios de Recife e Caruaru. O que Hooks (2015) mencionou sobre a importância da classe para o imaginário sobre si e perspectivas sobre futuro é restringido pelo capital, que é a ferramenta que permite o acesso ou não. Nogueira e Nogueira (2002) descreveram situações como essa da seguinte forma: “Em primeiro lugar, a posse de capital cultural favorecerá o desempenho escolar na medida em que facilitaria a aprendizagem dos conteúdos e códigos escolares”. Ou seja, o acesso a um capital econômico é um caminho de

abrir portas para mulheres negras crescerem na educação, nos saberes culturais e afins.

Dito isso, o processo de aplicação da legislação, que tem em vista reparar e incluir a população negra em diversos espaços na sociedade, confirma ser fundamental. A ausência da aplicação das Leis acaba por manter uma desigualdade de renda, que foi exposto ser fundamental para o impedimento do acesso à tecnologia e inclusão digital no mundo de hoje. A luta para o debate do corpo negro na esfera política coloca-se, principalmente, como uma política pública de Estado e não de Governo, algo que demarca uma política ética e que transcende um único governo (Calderón, Poltronieri e Borges, 2011). Todos esses elementos corroboram com o movimento negro, que desde o século passado já compreendia a necessidade de buscar mecanismos para auxiliar os seus na sociedade, bem como a pressão para uma manutenção das políticas públicas a serem mantidas e executadas no país. Como disse Silva (2016, s.p.): “Nunca é demais sublinhar que a garantia desse direito é fruto da ação dos movimentos sociais Negro e também dos Povos Indígenas, mais recentemente também dos ciganos, dos judeus, dos palestinos”. Reforçando assim, a demanda de criar e executar uma legislação feita para reparar gerações de um povo.

Outro ponto importante é a expansão das leis para Estados e municípios como forma de divisão de responsabilidade e até facilitação de mudanças no micro para o macro, por exemplo. No entanto, o Governo de Pernambuco ainda caminha a passos lentos em relação ao debate e principalmente à inclusão massivamente de legislações que auxiliem a inclusão da população negra em seu Estado. Prova disso é a ausência de execução e retorno em relação aos descritos no 1º Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial, algo de poucos anos atrás e sem feedback de sua atuação para a população. Ou seja, movimentos ainda precários em um estado e país que conta com uma população alta de pessoas negras, principalmente em condições instáveis, tal como, já exposto na pesquisa, mulheres negras que predominam no espaço de baixa renda salarial.

Sendo assim, acaba ficando a cargo dos municípios atender e incluir legislações que reparem a qualidade de vida da população negra brasileira. Entretanto, a primeira problemática é vista por Alves (2013) como tendo a participação do orçamento destinado para atividades educacionais sobre as relações étnico-raciais em Recife, que busca o diálogo com a sociedade ou promove uma

formação continuada sobre a temática. É notório que Caruaru e Recife buscam incluir legislações que possam diminuir essa desigualdade, já que criaram organizações internas específicas para isso. Mas ainda não é suficiente, pois suas ações acontecem pontualmente e sem regularidade, fazendo com que o debate aconteça somente nesses momentos e não constantemente em seus municípios. A criação de um Ministério da Igualdade Racial é também um reforço da necessidade desse debate de forma recorrente e diária no país. Logo, o que já é possível perceber é que com a criação desse Ministério ocorre um maior investimento financeiro, algo que foi mencionado como demanda para executar atividades nos municípios. Cria-se, assim, uma expectativa de melhoria nessas execuções de políticas públicas de todas as esferas, para a diminuição das desigualdades para a população negra, um melhor viver em seu país.

5.2 VISUAL COMO FERRAMENTA DA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Seguindo a metodologia proposta por Gemma Penn (2007) para essa etapa de análise de imagens, o primeiro passo foi a definição da imagem que seria utilizada. Com o intuito de atingir um dos objetivos dessa dissertação, o qual é observar os atores selecionados em posição de debate sobre a educação étnico-racial. Para isso, foram selecionados “reels” postados no dia 20 de novembro de 2023, dia da consciência negra, ou durante a semana dessa data que tratasse do assunto. Pensando assim, que já motivaria uma fala, imagens, reações, que expressam percepções dos influenciadores sobre a data e a atual situação do país em relação a ela. Como critérios de análise, foi utilizado o conteúdo do vídeo, a linguagem verbal e não verbal dos influenciadores, qualidade do vídeo, som, tempo, visualizações e significados que essa imagem pode passar de sentimentos e sensações para os seguidores daquele perfil.

Com isso, no perfil de Bárbara Carine, a influenciadora postou um “reels” (figura 6), um vídeo que possui duração curta criticando um vídeo relacionado a um evento sobre o dia da consciência negra. Ela aponta as reações possíveis ao vídeo, por parte do seu público, e segue explorando o debate sobre a educação étnico-racial e as pessoas brancas em relação a uma data marcante para a população negra brasileira. A intelectual reforça o papel da branquitude de tomar consciência do privilégio de sua cor diante da sociedade, pois no vídeo que ela

crítica são pessoas brancas ocupando a festividade de uma data que celebra o corpo negro. Uma exposição de ausência de consciência desses indivíduos sobre si e o outro no Brasil, reforçando a relevância da atuação de pessoas como ela na internet. Ela finaliza o vídeo dizendo o que realmente é essa data para o povo negro, significando o protagonismo dos negros nesse momento, abordando a história da data e as demandas pendente existentes para um bem viver dessa coletividade.

Figura 6 - Reels de Bárbara Carine Soares Pinheiro no Instagram



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/Cz3SAPeuTxb/>. Acesso em 4 abr. 2024.

O conteúdo do vídeo trouxe uma exemplificação de situações cotidianas, as quais a influenciadora utilizou para apontar referências que debatem e são importantes para o tema. Os jovens e adultos jovens, especialmente aqueles entre 18 e 25 anos, estão em uma fase de desenvolvimento em que estão formando suas crenças sobre educação, trabalho, e amor (Arnett, 2000 *apud* Ibrahim; Steinberg, 2014). Logo, usar exemplos para demonstrar situações relacionadas ao debate racial, principalmente converter elas como forma de demonstrar novos caminhos de leitura e aprendizado sobre o tema, é algo benéfico para quem consome o conteúdo de Bárbara. A utilização de uma linguagem mesclada entre formal e coloquial, com a utilização do visual, uma qualidade ótima de imagem e som, além de um tempo relativamente curto para expressar todas as informações, parecem ser o motivo da quantidade de mais de 590 mil visualizações. Moscovici definiu a ancoragem como um objeto social novo, que, ao ser assimilado com outro, se torna mais familiar (Bauer; Gaskell, 2007). O sentimento de compreender a fala da intelectual, sentir a

representação, faz com que desenvolva uma familiaridade com ela e partilha com os sentimentos dela sobre o debate das questões étnico-raciais no Brasil.

Outro influenciador que postou imagem na semana (figura 7) foi o professor Reginaldo, que postou um texto curto seu sobre a condição de subalternidade. Abordando aqueles que estão no topo da pirâmide social e dos que, dependendo de sua rebeldia social, deixam ou não os degraus para eles. Um texto reflexivo na semana da consciência negra, apontando objetos inanimados como exemplos para elucidar esse apontamento sobre a condição do outro.

Figura 7 - Post de Reginaldo Santos Dias no Instagram

estão na condição da subalternidade social não compõem misturas químicas de madeiras, cimentos, pedras, alumínio... Assim como aqueles que encontra-se no topo pirâmide social, não são donos, e nem devem defenir seus destinos. Por isso, a condição de ser degrau na vida de alguém, depende e muito da sua rebeldia social.
Professor Reginaldo Dias



Fonte: <https://www.instagram.com/p/Cz2O7EjJRwv/>. Acesso em 4 abr. 2024.

É uma reflexão que pode ser dialogada com aquela de Gayatri Chakravorty Spivak (2018) em seu texto *Pode o subalterno falar?*, no qual questiona o direito à voz nesse mundo, sobre o direito a falar suas questões e problemáticas vivenciadas. A autora indiana aborda a reprodução de manter o poder nas mãos de poucos, os que possuem a “voz”, os quais são fruto de um imperialismo de séculos que existe e perpetua-se dessa maneira também. Percebe-se, assim, a necessidade de um dia da consciência negra para que essa minoria social tenha um dia de voz. Portanto, retomando o que o professor Reginaldo apontou, coloca-se a questão da rebeldia social como fruto da quebra desse padrão de pirâmide social.

Entretanto, a relevância do tema não é suficiente para que os jovens da geração Z enxerguem o conteúdo como interessante. Seja por possuir uma necessidade de interpretação de texto, articulação desse conteúdo com o conhecimento da data, ou por ser uma imagem estática de texto, algo mais simples

e com menos estímulos visuais. Tudo isso é demonstrado na pouca quantidade de curtidas, expressando o baixo alcance do conteúdo. A ligação com o conteúdo é para poucos, para os mais pacientes, com tempo para reflexão e um público que não seja tão imediatista e que não espere que o conteúdo e a crítica, seja exposto tão nitidamente. O que é irônico é pedir isso para o público do Instagram, uma rede social criada e famosa pelo seu conteúdo imediatista, no qual prepondera elementos visuais que causam estímulo em seus seguidores para curtir aquela postagem (Leaver; Highfield; Abidin, 2020).

Já Murilo Araújo assemelha-se a Bárbara ao criar um vídeo (figura 8) para esse dia 20 de novembro. Ele propôs uma formação para pessoas brancas pensarem nas relações raciais, a partir de uma demanda de questionamento que parte para ele, enquanto pessoa negra, nesses últimos anos do dia 20.

Figura 8 - Reels de Murilo Araújo no Instagram



Fonte: https://www.instagram.com/p/Cz4Hmi_g2Zm/. Acesso em 4 abr. 2024.

O influenciador utiliza uma linguagem formal e coloquial, expressões alegres, explica o conteúdo que planeja expor e a função social dele para o debate das relações raciais. Com um vídeo de qualidade ótima e som também bom, o vídeo é curto, causando uma comunicação assertiva e objetiva de sua proposta. Chega, de fato, como um convite para quem assiste, sendo visto por mais de 18 mil pessoas. Murilo, diferente de Bárbara e Reginaldo, é de uma geração que conversa por meio de diversas redes sociais com a juventude contemporânea. No seu site descreve as redes sociais que possui: Youtube, Twitter, TikTok, LinkedIn e Medium. Essa

juventude a que Murilo se dirige é uma categoria histórica cujo entendimento contemporâneo surgiu do capitalismo de bem-estar do século XX e da industrialização por meio de reformas sociais e educacionais, quando leis de proteção à infância começaram a proibir o emprego infantil e a educação foi estendida às classes alta, média e trabalhadora. A juventude se tornou, então, uma questão política e uma fase da vida que requer uma faixa etária, descritores e atributos psicológicos (Ibrahim; Steinberg, 2014). Ou seja, uma geração que cresce com a revolução tecnologia e por isso sente a necessidade de explorar a interseccionalidade (Crenshaw, 1989 *apud* Akotirene, 2019), ponto que discute gênero, raça e classe conjuntamente, como forma de compreender as problemáticas sociais que surgem com essa nova revolução. Assim, Murilo produz múltiplos conteúdos na perspectiva da interseccionalidade, buscando expor situações atuais que dialogam com sua realidade, em um exercício de imaginação sociológica. Prova disso é que esse vídeo parte de uma vivência e sentimentos dele, e provavelmente também de seus seguidores, para criar um curso de demanda que, pode-se dizer, caracteriza-se como de ampla questão social.

Pedro Borges e Petrônio Domingues (2023), referências de debate sobre questões étnico-raciais no país, escreveram um texto no dia 20 de novembro de 2023 no site da Alma Preta. O post na rede social Instagram (figura 9) apresenta uma imagem de alta qualidade, e tematicamente se atrela a uma situação que muitas pessoas que estudam e acompanham as situações de racismo no país possuem conhecimento.

Figura 9 - Post de Alma Preta no Instagram



Fonte: <https://www.instagram.com/p/Cz30Kw9r5Sa/>. Acesso em 4 abr. 2024.

Os temas principais da publicação são as empresas e o racismo, algo que também necessita ser posto em debate, já que as corporações costumam ser disseminadoras de racismo, como o texto de Alma Preta descreve. Os autores da postagem trazem a história da criação do Movimento Negro Unificado (MNU), e o debate das instituições nesse racismo do século passado e presente até o hoje. Explica-se que o movimento negro espalhou-se pelo país no final do século XX e chegou conseqüentemente ao nordeste brasileiro, com o nome de Movimento Negro Unificado. Acrescentamos que Lima e Guillen (2021) exemplificam a influência da chegada desse movimento, como no Olodum e Ilê Ayiê, maracatu, afoxés e tantos outros grupos culturais, resistências de manutenção desse movimento até os dias atuais. Essa trilha deu origem a Frente Negra Pernambucana que ampliou em Recife movimentos de resistência do povo negro e hoje estende-se para o agreste pernambucano.

Outro ponto relevante do texto é a menção ao mito da democracia racial, que Moura (2020) explica que existiu enquanto tentativa de minimizar o processo da escravização no país, como obstáculo que surgiu para dificultar uma ampla compreensão do racismo no país pela sociologia e sociedade civil. Hoje, os autores alegam ser um debate amplo ao ponto das empresas compreenderem e fazerem do racismo um tema em benefício do mercado. O mito da democracia racial reforça, ainda, a segurança em se cometer atos racistas dentro desses espaços institucionais. Isso acontece ao ponto de vermos situações como a do supermercado Carrefour em 2020, com o Sr. João Alberto Freitas. Um crime acontecido dentro dessa empresa por seguranças completamente despreparados para olhar para o público preto e não ver criminosos. Ou seja, é necessário desaprender sobre pessoas negras e os estereótipos para assim aprender sobre suas realidades e vulnerabilidades sociais (Mignolo, 2008 *apud* Ribeiro, 2019). Esse tema é algo que Murilo Araújo propõe discutir ao lançar um minicurso que pense a branquitude e as relações raciais com o povo negro, o debate do antirracismo e racismo.

O Portal Geledés trouxe (figura 10), no dia 20 de novembro, o debate sobre meninas negras e a educação para esse público vulnerável, uma vez que elas são parte de uma minoria social. Com um post no “feed” em diversas imagens de alta qualidade, os textos curtos e com dados sobre esse grupo, trouxeram uma cobrança em relação à educação e acesso a ela desde o episódio da pandemia da Covid-19.

Figura 10 - Post de Portal Geledés no Instagram



Fonte: https://www.instagram.com/p/Cz4XmH-MvCe/?img_index=1. Acesso em 4 abr. 2024.

A postagem aponta a problemática do acesso à internet, a divisão de tarefas dentro de suas casas, e as situações de racismo e sexismo nos espaços escolares. Um cenário que já foi exposto nesta pesquisa quando abordamos sobre onde as mulheres negras são colocadas na estrutura social, na base da renda, com diversas desigualdades. O Portal Geledés trouxe uma interseccionalidade que influencia em posições e condições sociais atrelados a mulheres negras, ou seja, utilizaram o dia para elucidar não somente situações de racismo como a de sexismo. Uma das fundadoras do Portal, Sueli Carneiro (1995), apontou essa questão da união entre homens para o machismo, a união entre homens e mulheres brancas, como o pacto da branquitude (Bento, 2022). Portanto, fica o questionamento: com quem é possível, para mulheres negras, unir forças?

Assim, fica notória a necessidade de uma educação étnico-racial para além do espaço físico, pela existência de uma defasagem da população, seja dentro ou fora da internet. Ainda são vários questionamentos que surgem nos debates dos influenciadores digitais que a juventude ainda não sabe ao certo quais caminhos buscar para aprender. E tudo isso complica mais ainda quando o acesso à internet já não é o suficiente para fazer com que a geração Z busque mais informações. Uma pesquisa do Dazed Studio publicada por Lontra e Machado (2024), afirma que pessoas com 19 anos até 25 anos estão utilizando menos as redes sociais. Segundo a notícia, a pesquisa diz que: “A polarização e a instabilidade política, os questionamentos sobre a integridade e solidez das grandes empresas e o impacto

desses apps (aplicativos) na saúde mental pesam na balança” (Lontra; Machado, 2024, s.p.). A confiança nas informações já está sendo questionada pelas novas gerações, e o debate racial não fugirá disso. Portanto, é possível a retomada da principal função da escola de trazer ao diálogo conteúdos de qualidade e confiáveis, com profundidade e debates, buscando atender a criticidade dessa nova geração, a interseccionalidade e inclusão digital na rotina escolar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de uma pesquisa pode passar por diversas etapas, dentro uma delas, os desafios de sua execução. Dito isso, encontrar espaços físicos educacionais que abram portas para o debate sobre o letramento digital e principalmente articulado com o letramento racial, ainda é escasso. Ambos são pontos que engatinham no cenário brasileiro, no nordeste e nos municípios de Pernambuco não seria diferente. Com isso, fica o registro de como recorrer a outros caminhos e persistir para expor dados e informações que busquem mudanças efetivas na sociedade, é necessário.

Logo, com essa pesquisa foi percebido que o acesso à informação pelo viés digital ainda não é uniforme no Brasil e isso reforça a continuidade da divergência de acesso ao conhecimento. No começo dessa pesquisa o tema foi investigado com foco naqueles nascidos no final do século passado para o século atual, mas agora é algo que permeia os recortes de áreas urbanas e rurais e conseqüentemente a pirâmide social. Pois, fatores como renda, acesso à educação formal, ou falta de investimento pela esfera pública na educação da população negra, influencia diretamente nas posições sociais que irão ocupar ao longo de suas vidas. Portanto, a população tende a continuar buscando outros caminhos para adquirir conhecimento, por perceberem que isso é algo que servirá para uma ampliação de oportunidades de mudança benéfica em suas vidas. Seja pelos conteúdos publicados de forma independente, ou recorrendo aos espaços de educação não-formal, através dos movimentos sociais e organizações sociais.

Nesse momento, a formação dos professores para incluir essa geração com a tecnologia é fundamental para continuar a educação étnico-racial efetivamente. A articulação dessa temática em diversas áreas, como ocorre na internet, é uma motivação para expor como é um tema necessário e parte do dia a dia de todos. Isso poderia ser um caminho que acolhe os estudantes negros, ampliam o debate para essa geração mais crítica, e garante uma permanência daqueles que são parte do grupo de minoria pela cor de suas peles. Fazendo um papel que a tecnologia não poderá suprir, o de acolhimento físico e sentimento de pertencimento em um espaço escolar. Já que, conforme exposto na pesquisa, o espaço online aparenta ser um lugar que as pessoas negras podem querer estar e integrar-se, uma vez que é mais distanciado das situações presenciais de violências em sala e nas ruas do país.

O intuito da pesquisa foi compreender a relação entre a Lei n.º 11.645/08 com os debates da geração Z sobre questões étnico-raciais no espaço online, e isso foi atendido. Já que a atual relação da geração Z com a Lei é escassa, seja no universo online ou em seus espaços formais. A dificuldade de inclusão digital e suas informações breves e superficiais, atrelada à ausência de formação de professores de diversas áreas para tratarem a temática em sala de aula, dificulta o processo de compreensão efetiva da Lei e seus conteúdos programáticos. O tempo e a profundidade dos debates online, por mais ótimos que sejam para aquele espaço, ainda não é suficiente, já que a troca de experiências cotidianas entre os envolvidos não é possível por muito tempo em um comentário nas redes sociais. Logo, existem aspectos benéficos, mas ainda complementares ao que é estabelecido na legislação brasileira sobre a Lei 11.645/08.

O movimento negro brasileiro trilhou um caminho para os seus conseguirem sentir inclusos na educação do país, seja pelo caminho de obter conhecimento ou por existir cada vez mais em espaços educacionais. O surgimento da Lei de Cotas é um reforço disso, assim como o Ministério da Igualdade Racial, além dos movimentos estudantis que ainda reforçam a necessidade de outros caminhos, para além da educação formal, que coloque o povo negro na educação de todas as formas possíveis. Não seria diferente com uma nova geração, como a geração Z negra, que também quer estar na educação, aprendendo e adquirindo cada vez mais conhecimento. Fica nítido que o uso da tecnologia é uma forma de buscar entender a si, os outros, e buscar uma melhoria em seus aprendizados, ainda negligenciados pelo sistema educacional brasileiro, como os dados demonstram na ausência desses corpos na educação superior.

Dessa forma, a cobrança da execução das políticas públicas sobre questões étnico-raciais, seja no município de Caruaru ou do Recife, torna-se fundamental para que suas populações caminhem para uma melhoria coletiva. Já que o acesso à internet ainda possui imperfeições, a educação formal e seu currículo ainda é o caminho mais seguro de informações e de amparo para seus estudantes. Uma cidade que deseja crescer na contemporaneidade precisa compreender a relevância da educação, já que ela é o único espaço obrigatório que toda população deve passar por alguns anos. Com isso, é necessário melhorar o olhar sobre a educação para os jovens da geração Z na contemporaneidade. Principalmente após a Lei 11.645/08, que demonstra a necessidade de inclusão de alguns jovens, em

específico os jovens negros. São parte do futuro de uma sociedade que possui a maioria da população negra, mas ainda assim não parece compreender sua relevância nas mudanças sociais, algo que o movimento negro compreendeu em sua criação e teve em vista manter através da legislação.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- ALVES, Carmem Dolores. **A Implementação da Lei 10.639/2003 nas Escolas Municipais do Recife e o Papel da Gestão Escolar**. Recife: Editora Ufpe, 2013.
- ANDRÉ, Marli Eliza D.A. de. **Etnografia Da Prática Escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.
- ARAÚJO, Murilo. **Murilo Araújo**. Disponível em: <https://www.muropequeno.com/>. Acesso em: 26 dez. 2023.
- ARAÚJO, Murilo. **Murilo Araújo**. 2024. Instagram: @muropequeno. Disponível em: <https://www.instagram.com/muropequeno/>. Acesso em: 26 fev. 2024.
- ARROYO, Miguel G. Os jovens, seu direito a saber e o currículo. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (org.). **Juventude e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2014. p. 156 – 205.
- AZEVEDO, Maíra. **Maíra Azevedo**. 2023. Instagram: @tiamaooficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/tiamaooficial/>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- BARRETO, Kellen. **Ministra da Igualdade Racial defende indicação de mulher negra ao STF**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/14/ministra-da-igualdade-racial-defende-indicacao-de-mulher-negra-ao-stf.ghtml>. Acesso em: 19 jan. 2024.
- BAUER, Martin; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BORGES, Pedro; DOMINGUES, Petrônio. **Antirracismo e a lógica do mercado: o caso carrefour, ou João Alberto Freitas, abriu um novo questionamento histórico para o movimento negro brasileiro**. Portal Alma Preta. 2023. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/quilombo/antirracismo-e-a-logica-do-mercado/>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Entenda o Processo Legislativo**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/entenda-o-processo-legislativo/>. Acesso em: 30 maio 2023.
- BRASIL, Comitê Gestor da Internet no. **TIC Domicílios 2023**: coletiva de imprensa. São Paulo: Centro Regional de Estudos Para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, 2023. 25 slides, color.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 003/04**. Brasília: Ministério da Educação, 19 maio de 2004.

BRASIL. Edilene Machado Pereira. Conselho Nacional de Educação (org.). **Relatório da Consultoria Edital n. 04/2016 Tor 4/2016 Perfil 01**. Produto: o estado da arte sobre aplicação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira” e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. **Lei n.º 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira e indígena”. Brasília: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. **Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. **Lei n.º 12.990, de 9 de junho de 2014**. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Brasília: Diário Oficial da União, 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Portaria Normativa, de 06 de abril de 2018**. Regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros, para fins de preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais, nos termos da Lei nº12.990, de 9 de junho de 2014. Brasília: Diário Oficial da União, 10 abr. 2018. Seção 1, p. 34.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **Plataforma SmartLab**. Disponível em: <https://smartlabbr.org/>. Acesso em: 07 nov. 2023.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; POLTRONIERI, Heloisa; BORGES, Regilson Maciel. Os rankings na educação superior brasileira: políticas de governo ou de estado?. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.L.], v. 19, n. 73, p. 813-826, dez. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362011000500005>.

CARINE, Bárbara. **Bárbara Carine**. 2024. Instagram: [@uma_intelectual_diferentona](https://www.instagram.com/uma_intelectual_diferentona/). Disponível em: https://www.instagram.com/uma_intelectual_diferentona/. Acesso em: 26 fev. 2024.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, Raça e Ascensão Social. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 544 – 552, jan. 1995.

CARUARU. **Lei n.º 6.069, de 04 de julho de 2018**. Cria o Conselho Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial e dá outras providências. Caruaru, PE: Diário Oficial do Município, 2018.

CARUARU. **Decreto n.º 096, de 06 de agosto de 2021**. Homologa o Regimento Interno do Conselho Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial e dá outras providências. Caruaru, PE: Diário Oficial do Município, 2021.

CASTELLS, Manuel. **Paraísos Comuns**: Identidade e Significado na Sociedade em Rede. In: O PODER da identidade. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018. p. 60 – 148.

CHAVES, Edmilson Rodrigues. EDUCAÇÃO, MÍDIAS DIGITAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES. In: MAGALHÃES, Célia de Jesus Silva; OLIVEIRA, Francisca Clara de Paula; Araújo, Osmar Hélio Alves (org.). **A Educação Brasileira Sob Múltiplas Abordagens e Perspectivas**. Recife: Editora Ufpe, 2017. p. 35 – 44.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século xx. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CUNHA, Renata Rocha Tsuji da; SANTOS, Alessandro de Oliveira dos. Anieli Meyer Ginsberg e os estudos de raça/etnia e intercultural no Brasil. **Psicologia USP**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 317-329, dez. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420130013>.

DIAS, Reginaldo Santos. **Reginaldo Santos Dias**. 2024. Instagram: @ReginaldoSantos_Dias. Disponível em: https://www.instagram.com/ReginaldoSantos_Dias/. Acesso em: 26 fev. 2024.

EMMANUEL, Simone. **Geração Z**: Quem são e como se comportam os jovens nascidos na era digital. Rio de Janeiro: [s.n.], 2020.

ESCOLA DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO RECIFE. **XI Seminário do GTERÊ**. 2021. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/efaerpaulofreire/news/xi-semin%C3%A1rio-do-gter%C3%AA-0>. Acesso em: 02 jun. 2023.

ESTATÍSTICA, Instituto Brasileiro de Geografia e. **Caruaru**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/caruaru/panorama>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **A Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

FERREIRA, Arthur Vianna; SIRINO, Marcio Bernardino; MOTA, Patrícia Flavia. PARA ALÉM DA SIGNIFICAÇÃO ‘FORMAL’, ‘NÃO FORMAL’ E ‘INFORMAL’ NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Interfaces Científicas — Educação**, [S.L.], v. 8, n. 3, p. 584 – 596, 25 nov. 2020.

FERREIRA, Vítor Sérgio. **YOUTH STUDIES AND GENERATIONS: VALUES, PRACTICES AND DISCOURSES ON GENERATIONS**. BASEL: MDPI, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 6. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

FRASER, Nancy. **From Redistribution to Recognition: Dilemmas of Justice in a Post socialist Age**. *New Left Review*, 1/212, jul.- aug., 1995.

G1 CARUARU. **Programação especial em alusão à Consciência Negra é realizada em Caruaru**; confira. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2021/11/10/programacao-especial-em-alusao-a-consciencia-negra-e-realizada-em-caruaru-confira.html>. Acesso em: 02 jun. 2023.

GELEDÉS, Portal. **Portal Geledés**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

GELEDÉS, Portal. **Portal Geledés**. 2024. Instagram: @portalgeledes. Disponível em: <https://www.instagram.com/portageledes/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA (org.). **Lei 10.639/03: a atuação das secretarias municipais de educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Instituto Alana, 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIROUX, Henry. O que pode significar a educação após Abu Ghraib: revisitando a política de educação de Adorno. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 15, n. 28, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade — uma nova cultura de participação. **Caderno Crh**, [S.L.], v. 31, n. 82, p. 117 – 133, abr. 2018.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 167-182, jun. 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022003000100012>.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

HERNÁNDEZ, Fernando. A cultura visual como um convite à deslocalização do olhar e ao reposicionamento do sujeito. In.: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (Org.). **Educação da Cultura Visual: conceitos e contextos**. Santa Maria: Editora UFSM, 2011, p. 31 – 49.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S.L.], n. 16, p. 193 – 210, abr. 2015.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

JORNALISMO, Alma Preta. **Alma Preta Jornalismo**. 2024. Instagram: @almapretajornalismo. Disponível em: <https://www.instagram.com/almapretajornalismo/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

IBRAHIM, Awad; STEINBERG, Shirley R. (ed.). **Critical Youth Studies Reader**. New York: Peter Lang Publishing, 2014.

KELLNER, Douglas; SHARE, Jeff. Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 29, n. 104, p. 687-715, out. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302008000300004>.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. 1ª ed. São Paulo: Penso Editora, 2014.

LEAVER, Tama; HIGHFIELD, Tim; ABIDIN, Crystal. **Instagram**: visual social media cultures. Cambridge: Polity Press, 2020

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Ivaldo Marciano de França; GUILLEN, Isabel Cristina Martins (org.). **Movimentos Sociais Negros em Pernambuco**: memória(s) e história(s). Recife: Editora UFPE, 2021.

LIMA, Maria da Conceição Silva; BONA, Viviane de (org.). **Processos de Aprendizagens e de Construção de Saberes nas Ações Coletivas**. Recife: Editora Ufpe, 2020. p. 18 – 28.

LONTRA, Tiago; MACHADO, Pamela. **O ESGOTAMENTO DAS REDES SOCIAIS**: é possível perceber um cansaço do modelo?. É possível perceber um cansaço do modelo?. 2024. Disponível em: <https://gente.globo.com/o-esgotamento-das-redes-sociais/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 1ª ed. São Paulo: EPU, 1986.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de. **Etnografia e educação**: conceitos e usos. Campo Grande: Eduepb, 2011.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. 6.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 3. ed. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1996.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO/SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS. **Portaria normativa nº 4, de 6 de abril de 2018**. Brasília, 10 abr. 2018.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 23, n. 78, p. 15-35, abr. 2002. <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302002000200003>.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, p. 13-37, jan. 1996.

PALFREY, John; Gasser, Urs. **Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PEIRANO, Marisa (2014). "Etnografia não é método". **Horizontes Antropológicos** 20(42): 377-391

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Dumará, 1995.

PENN, Gemma. Análise semiótica de imagens paradas. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto Imagem e Som**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PERNAMBUCO. **Decreto n.º 41.980, de 27 de julho de 2015**. Institui o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial — COEPIR. Recife, PE: Diário Oficial do Estado, 2015.

PERNAMBUCO. Elza Maria Torres da Silva. Composição do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial. **1º Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial**. Recife: Governo de Pernambuco, 2016.

RECIFE. **Lei nº 18.879, de 17 de dezembro de 2017**. Fica instituída a "Semana Educar Pela Igualdade Racial", que deverá ocorrer na semana de 21 de março, anualmente, integrando o Calendário Oficial de Eventos do Município do Recife. Recife, PE: Diário Oficial do Município, 2017.

RIBEIRO, Débora. A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS OUTROS E A LEI 10.639/03: construção de conhecimentos outros e a lei 10.639/03: uma perspectiva decolonial. In: ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos; MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de; COSTA, Maria Fabiana da Silva (org.). **Educação, Estado e Diversidade**: perspectivas e desafios. 5. ed. Recife: Editora Ufpe, 2019. p. 39 – 62.

RIVAS-DRAKE, Deborah, et al. "Ethnic-Racial Identity and Friendships in Early Adolescence". **Child Development**, vol. 88, no 3, may de 2017, p. 710–24. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1111/cdev.12790>.

SALES, Lucas. '**Racismo é estrutura que aprisiona pessoas negras**', diz Bárbara Carine. 2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/racismo-e-estrutura-que-aprisiona-pessoas-negras-diz-barbara-carine/c>. Acesso em: 11 dez. 2023.

SCHWAB, Klaus. Impactos. In: SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro Edições Profissionais Ltda., 2016. p. 38 – 110.

SILVA, Halda Simões. **Professoras Quilombolas no Agreste Pernambucano: desafios e tensões de uma identidade em construção**. 2018. 198 f. Dissertação (Mestrado) — Curso de Educação Contemporânea, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2018.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Reconhecimento da história, cultura e direitos dos negros brasileiros. In: COELHO, Wilma de Nazaré Baía; OLIVEIRA, Julvan Moreira de. **Estudos sobre relações étnico-raciais e educação no Brasil**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016. p. 17-49.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. São Paulo: Edições Sesc SP, 2022.

SPARKS & HONEY. **Gen Z 2025: the final generation**. The Final Generation. 2015. Disponível em: <https://www.sparksandhoney.com/gen-z>. Acesso em: 20 jan. 2023.

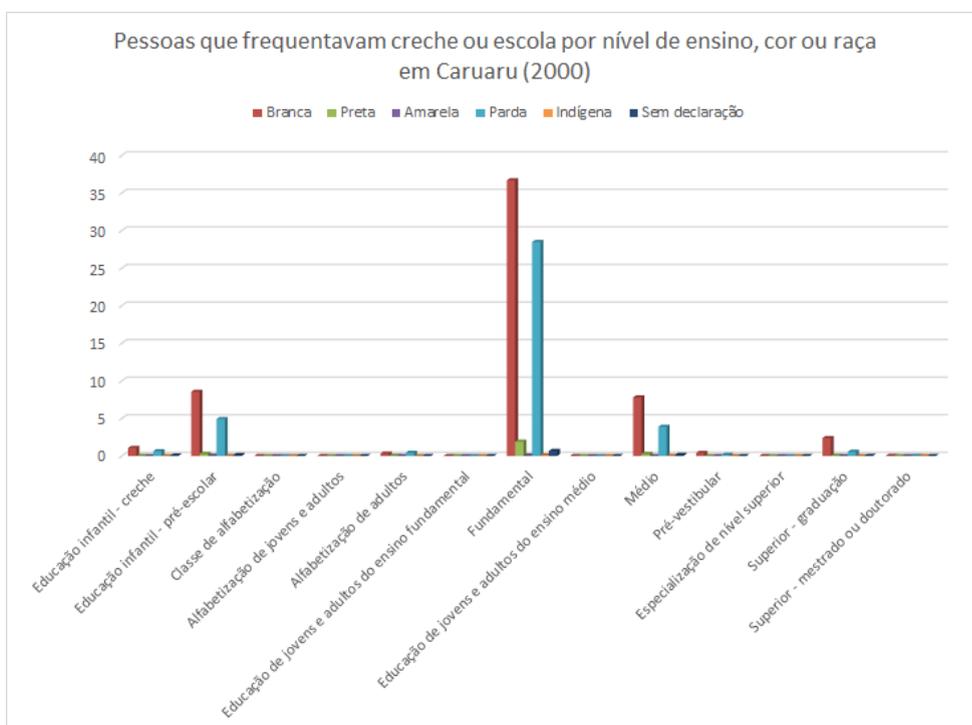
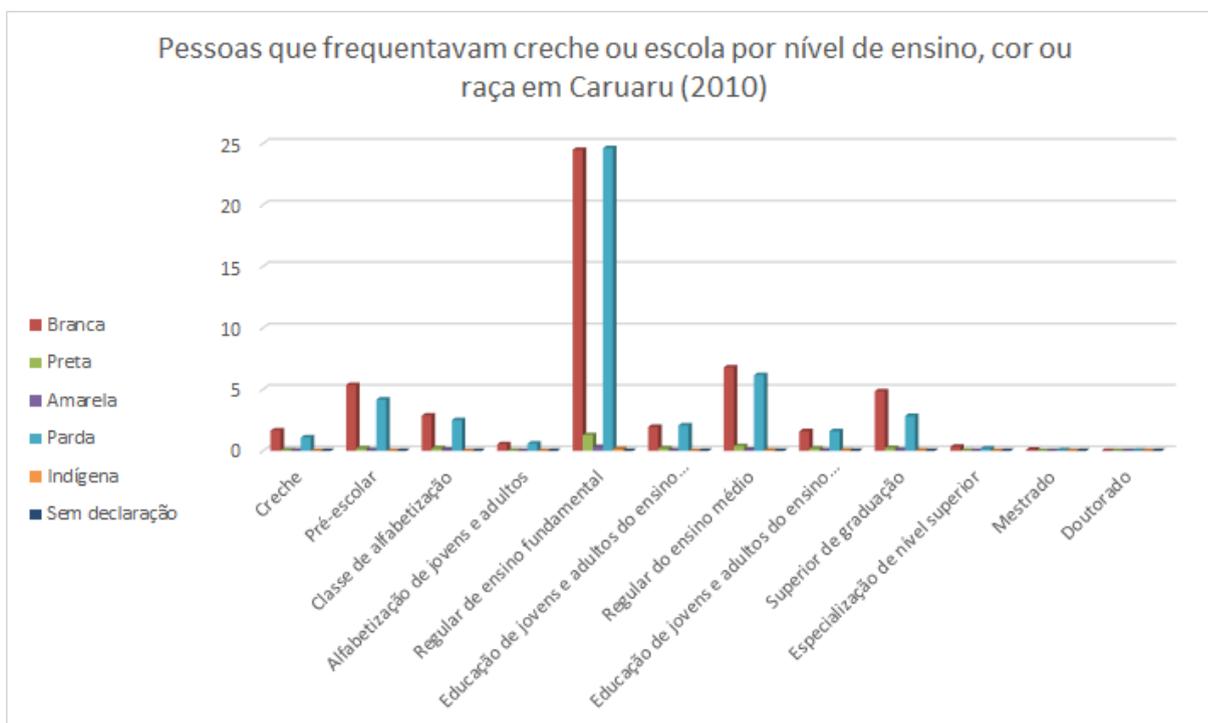
SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2018.

VANDENBERGHE, Frédéric. Globalização e individualização na modernidade tardia: uma introdução teórica à sociologia da juventude. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 265, 27 mar. 2014. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2014v19n1p265>.

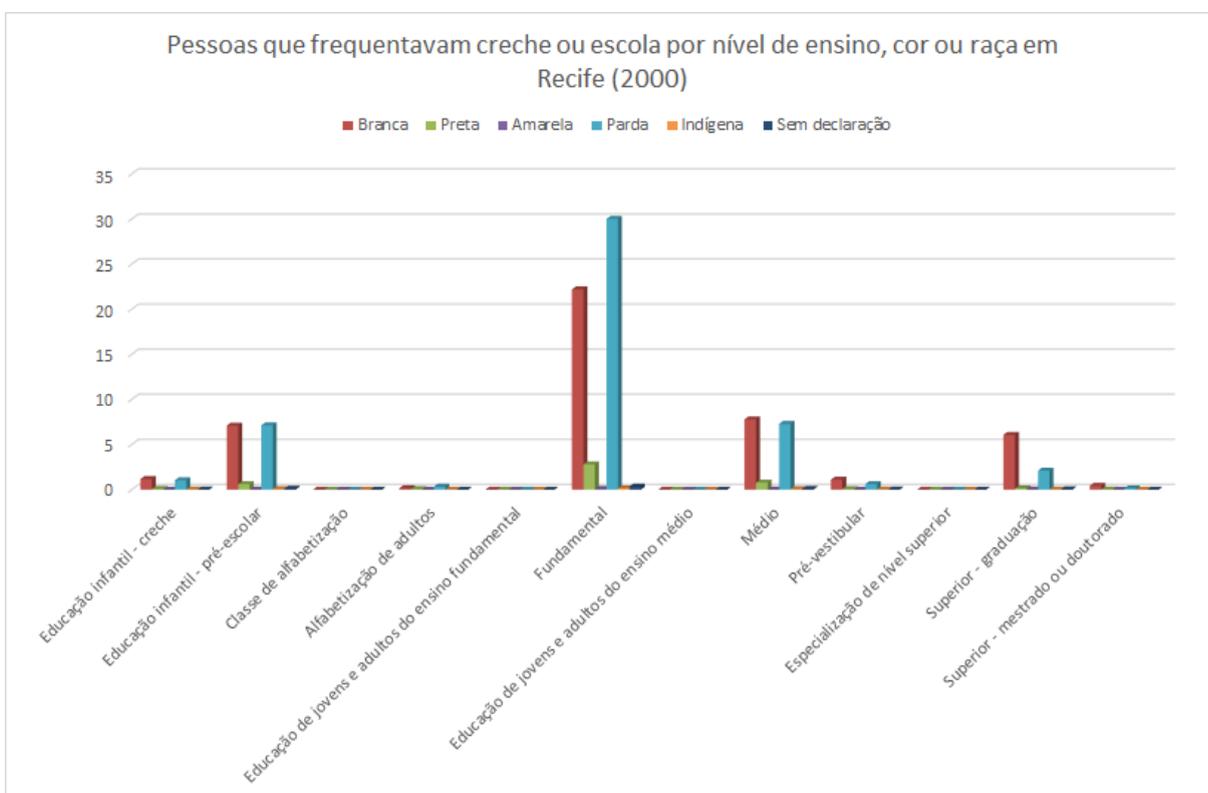
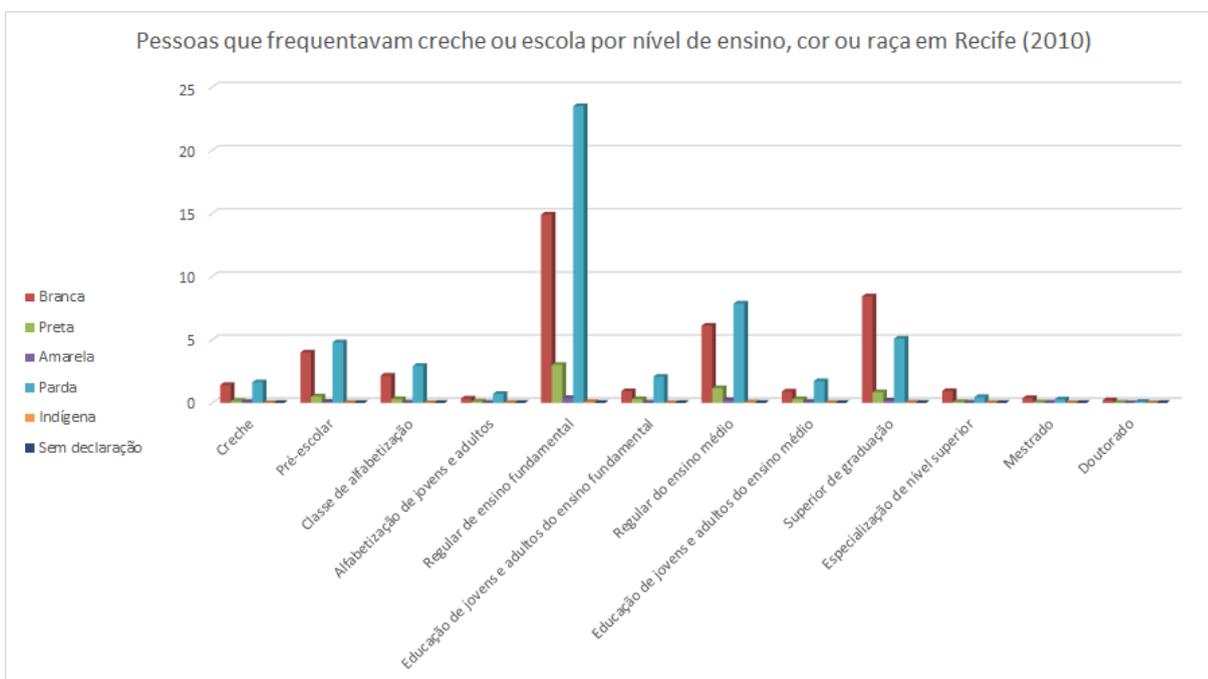
VASCONCELOS, Sérgio Sezino Douets; MELO, Constantino José Bezerra de. Relato de Formação com professores da Rede Estadual de Pernambuco. In: XYPAS, Rosiane et al. (org.). **Comunicação e interculturalidade: educação, novas tecnologias e linguagens**. Recife: Editora UFPE, 2018. p. 115 – 125.

APÊNDICE A - PRODUÇÃO PARTINDO DO IBGE

Caruaru

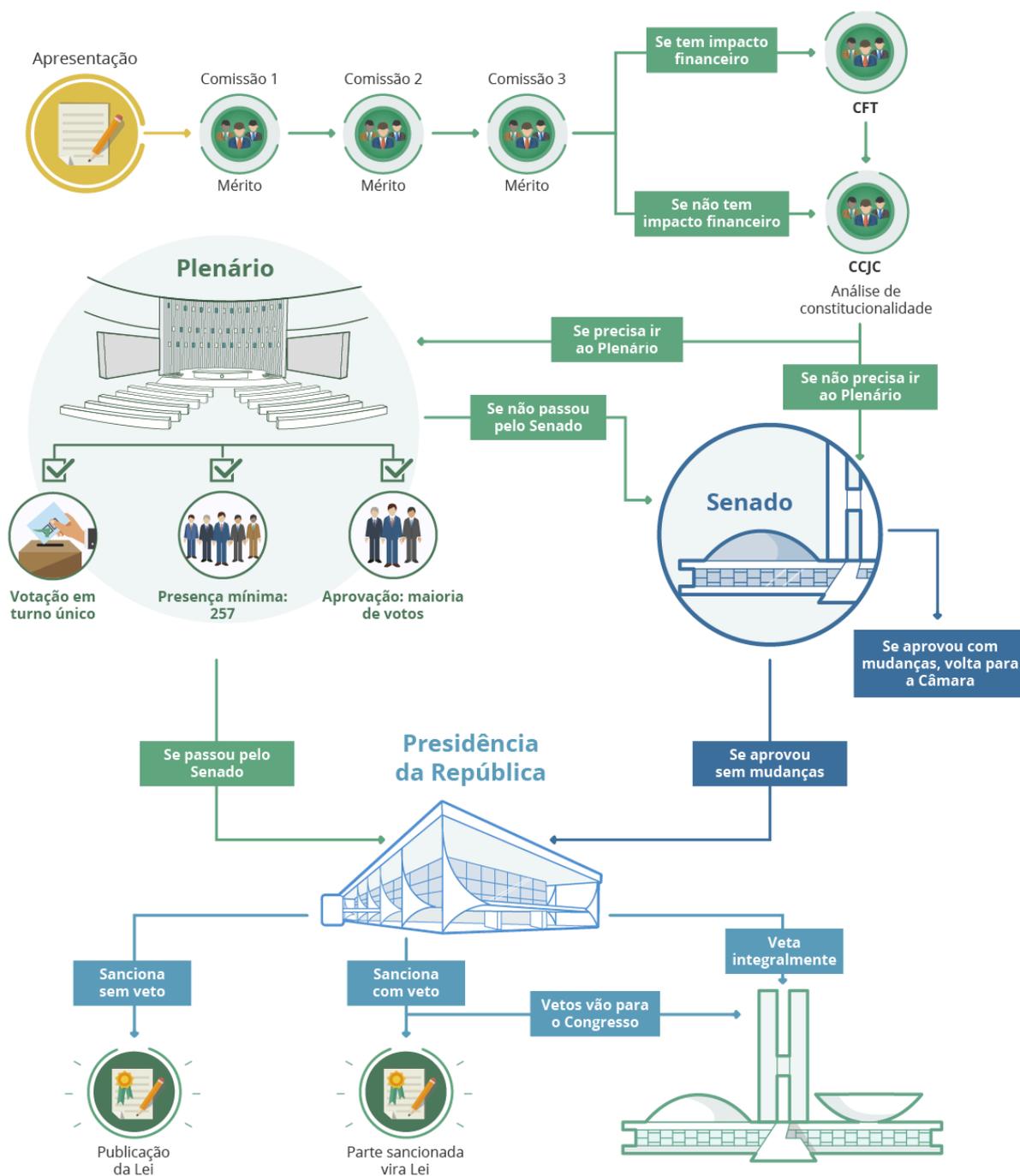


Recife



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

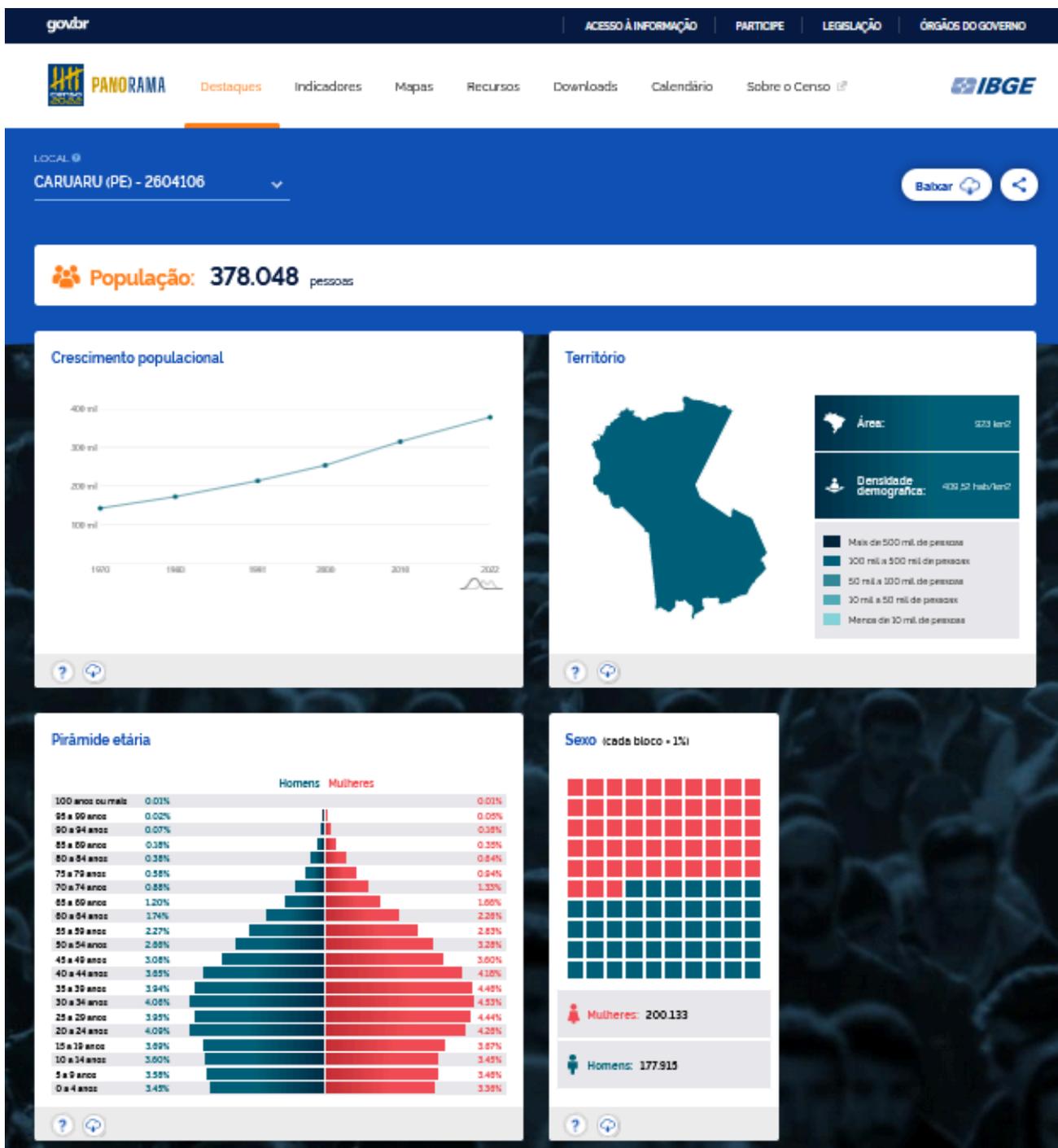
ANEXO A - ENTENDA O PROCESSO LEGISLATIVO



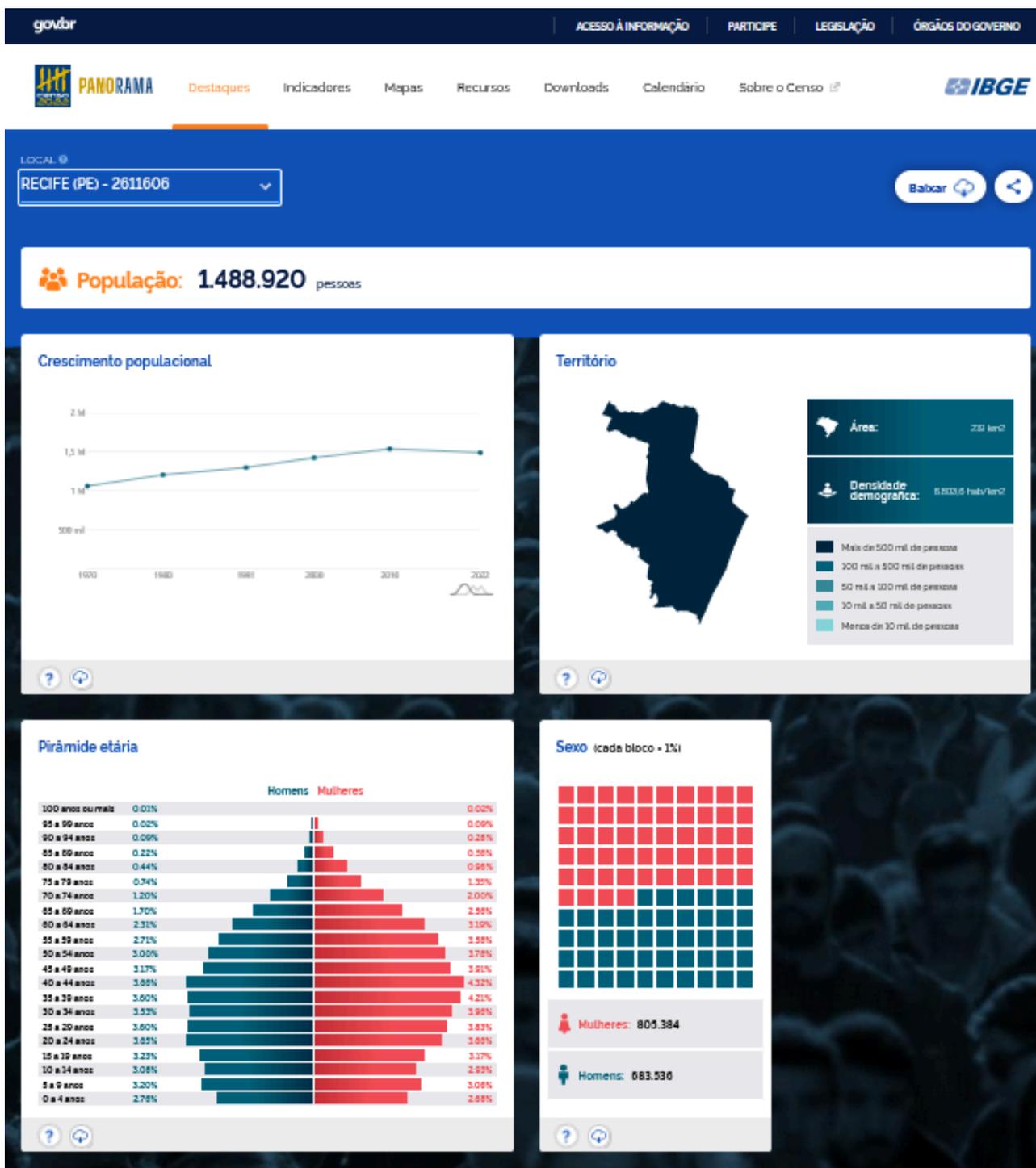
Fonte: Brasil (2023).

ANEXO B - DADOS DA PLATAFORMA DO CENSO 2022

Caruaru

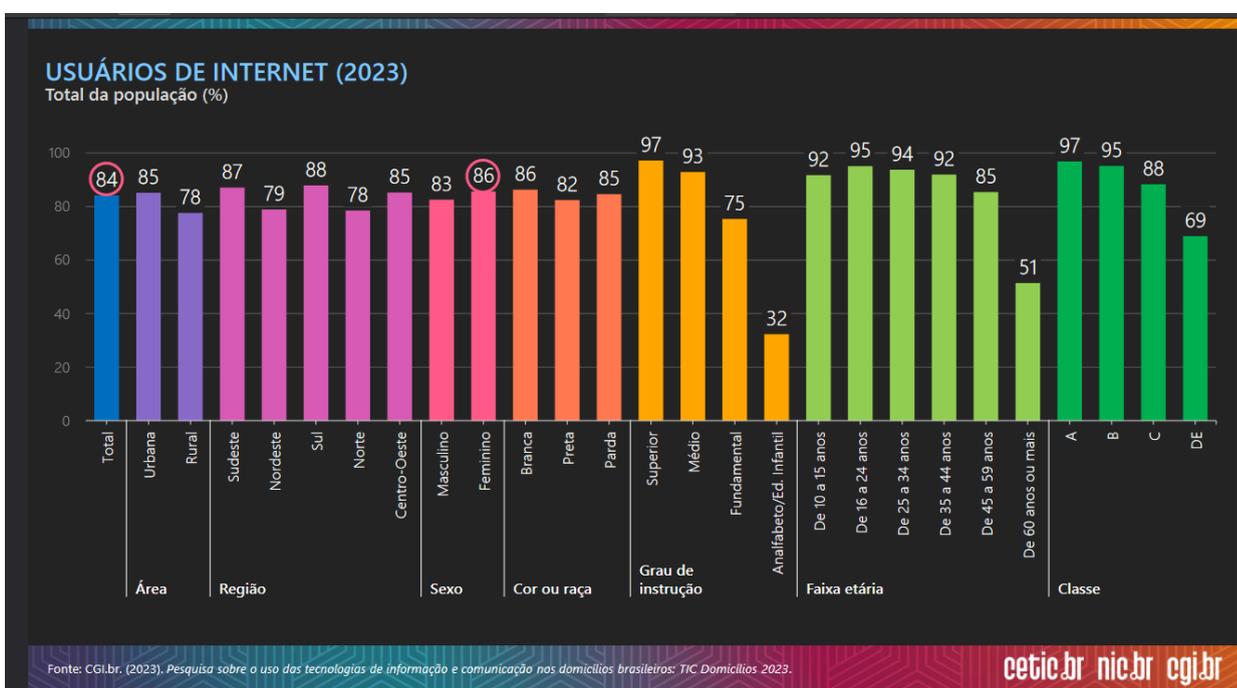
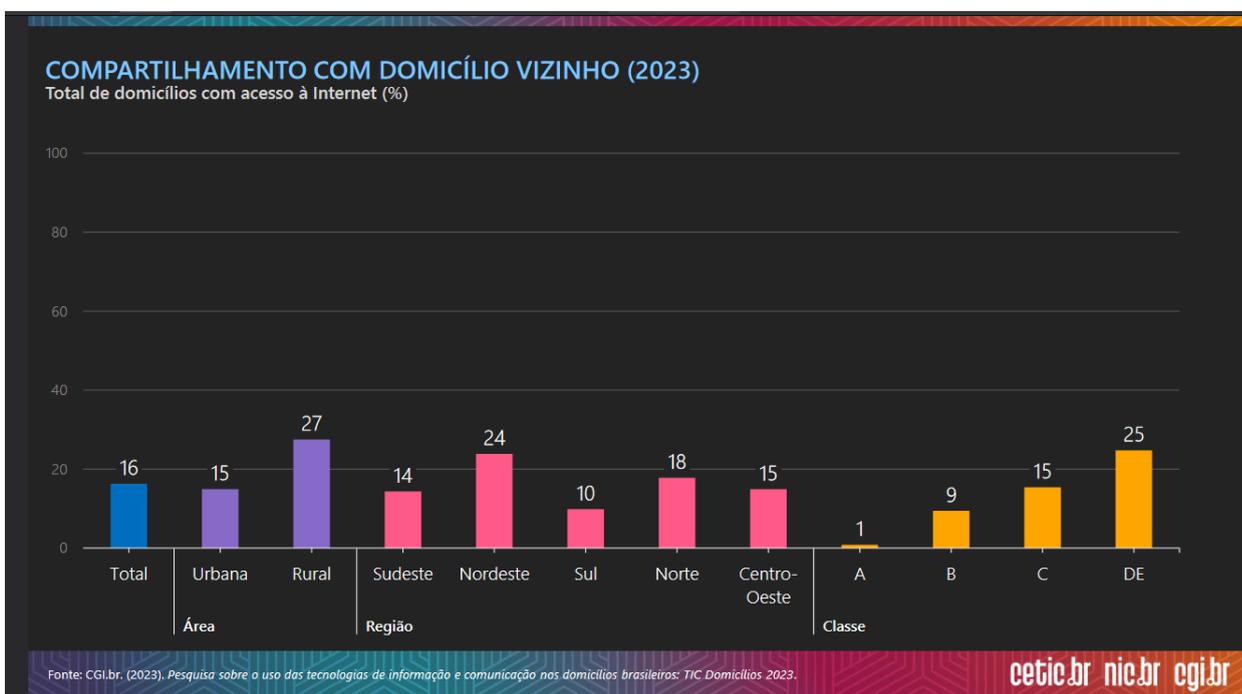


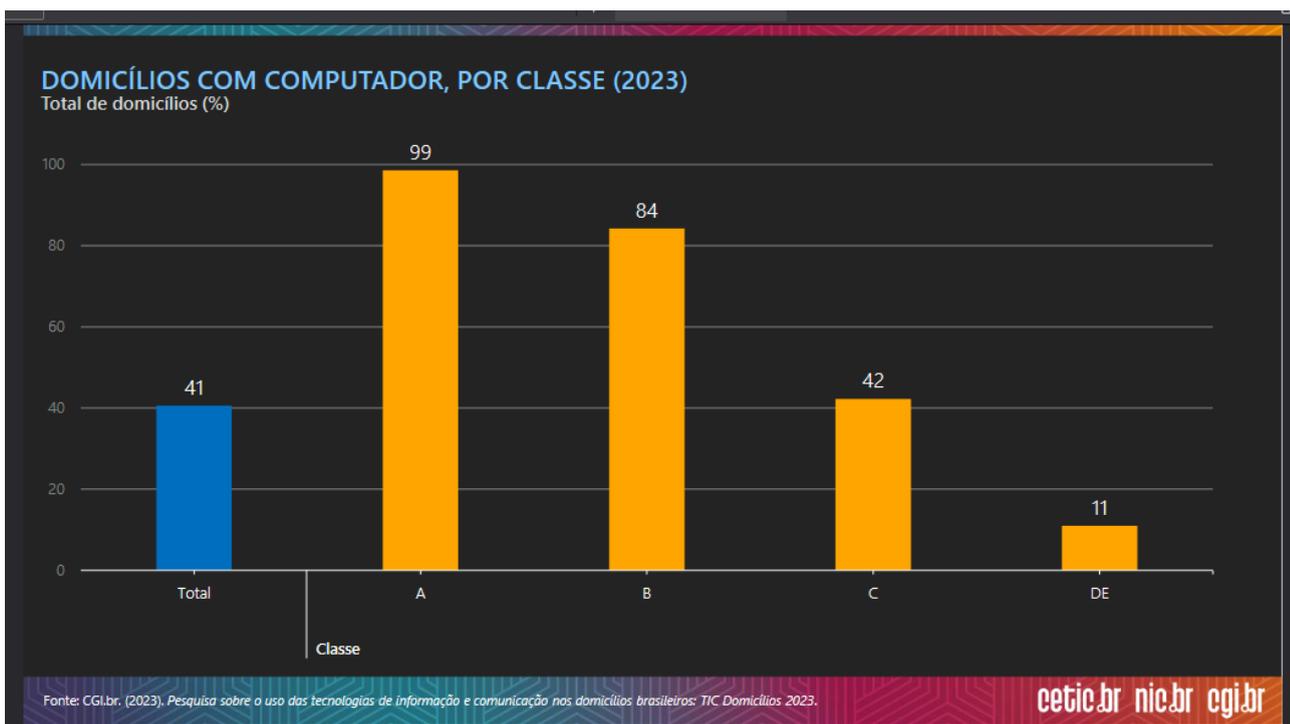
Recife



Fonte: IBGE (2023).

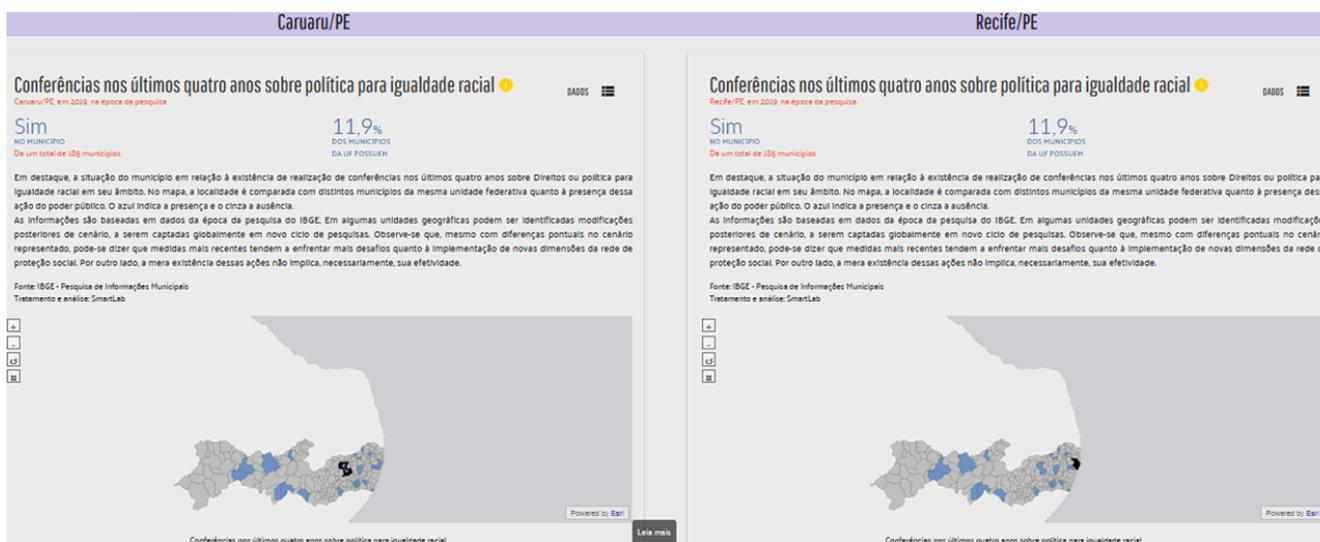
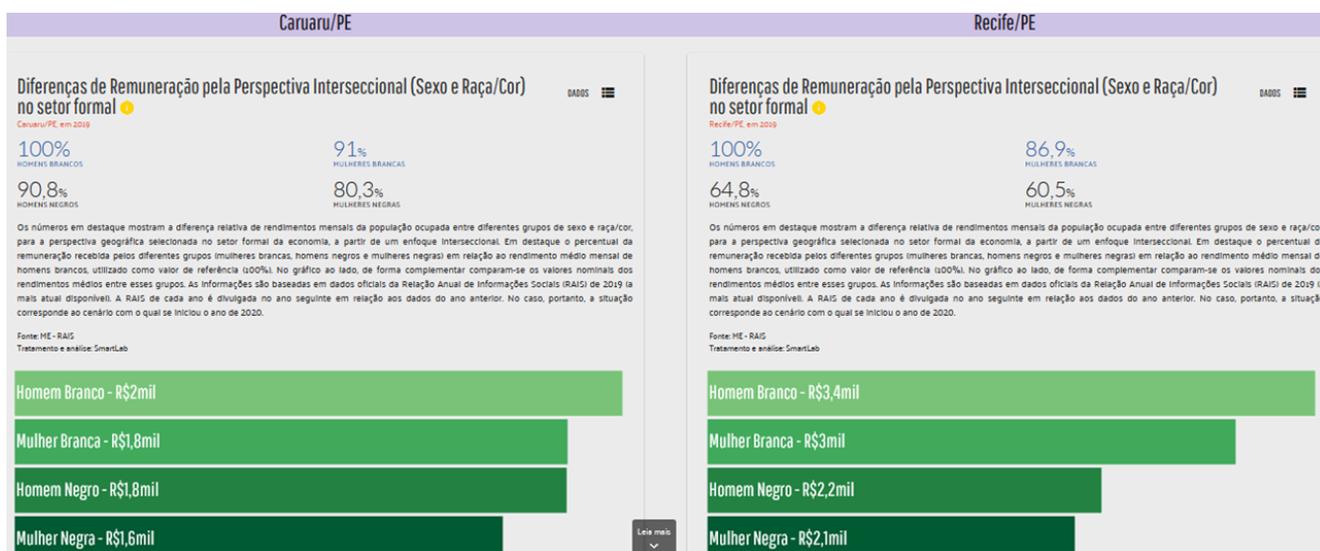
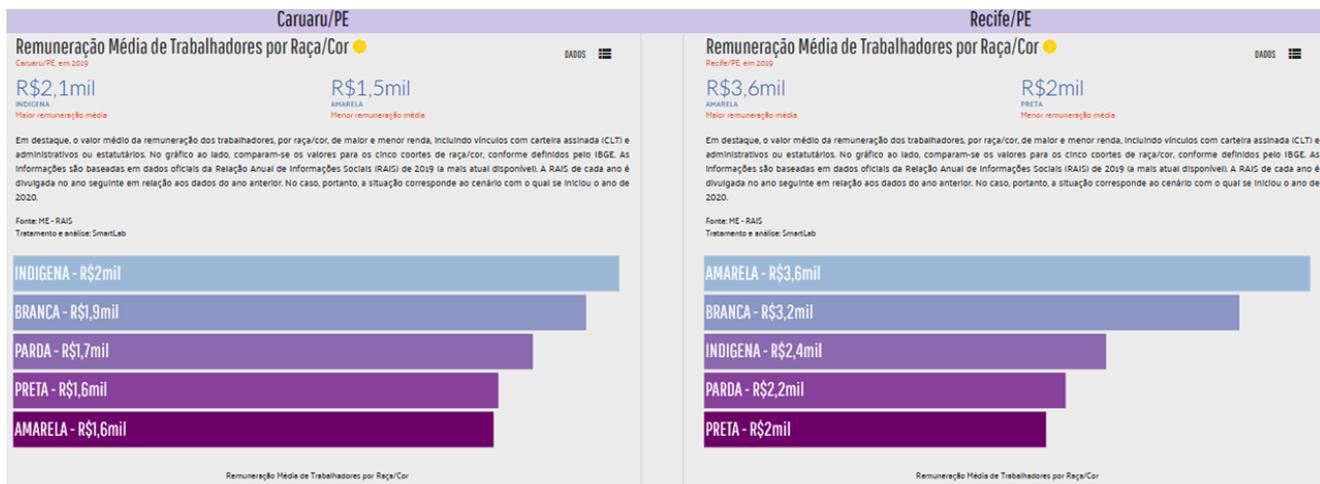
ANEXO C - DADOS DA PLATAFORMA DO CETIC

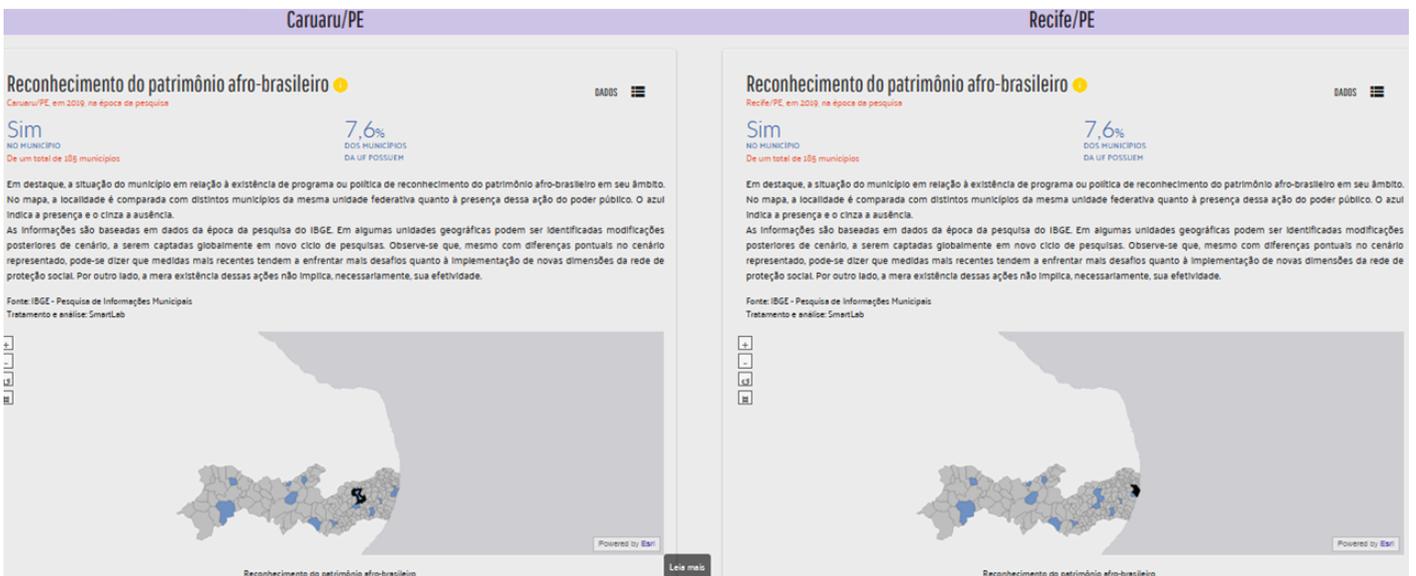
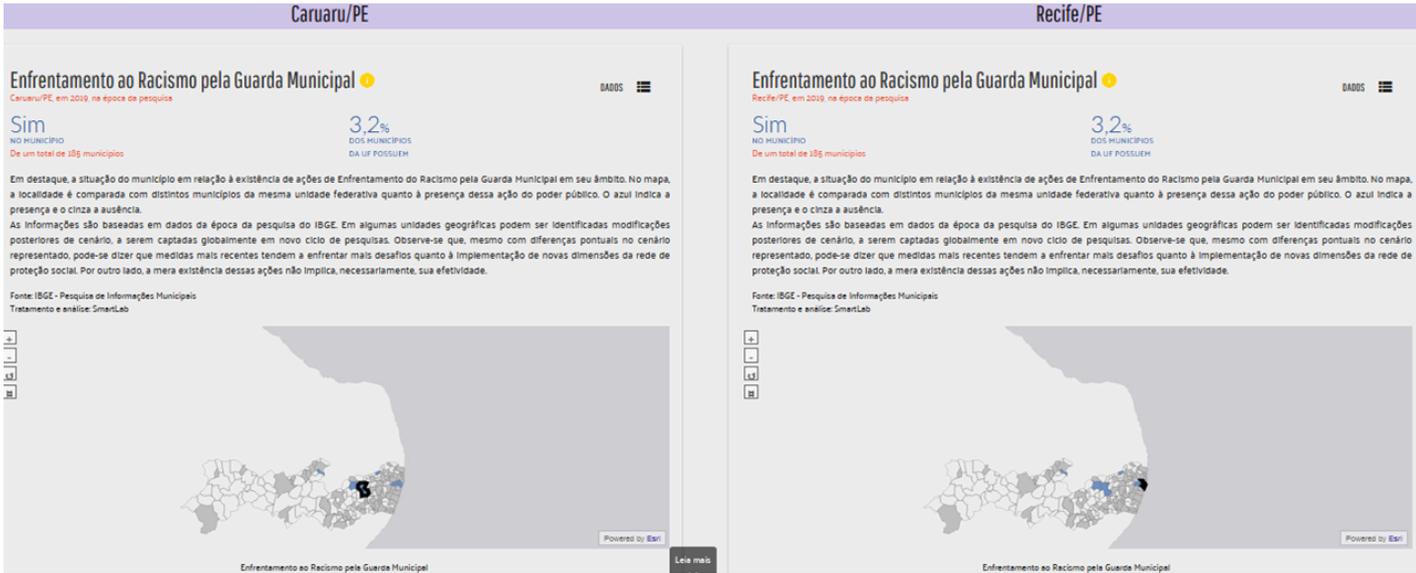


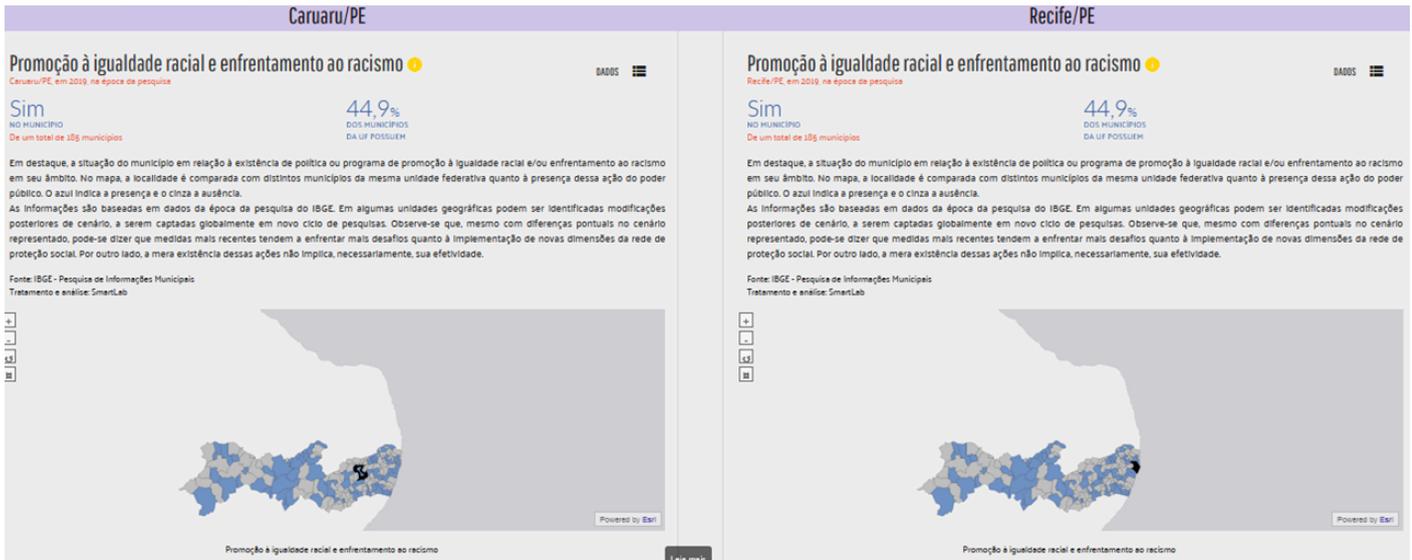


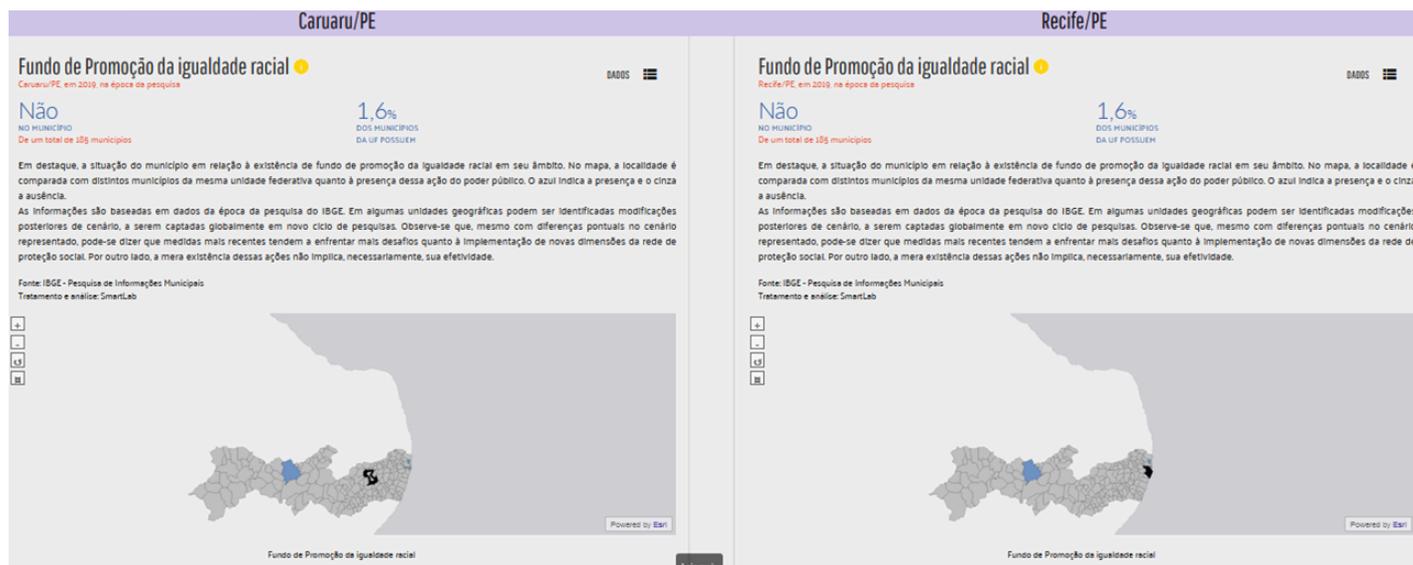
Fonte: Brasil (2023).

ANEXO D - DADOS DA PLATAFORMA SMARTLAB









Fonte: Brasil (2023).